Pedro Miguel Teixeira da Silva Batista

**PSICOLOGIA DAS MOTIVAÇÕES AJURÍDICAS
DO SENTENCIAR: A INFLUÊNCIA DA
TESTEMUNHA NA DECISÃO JUDICIAL**

Orientador: Professor Doutor Carlos Alberto Poiares

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Psicologia e Ciências da Vida

Lisboa

2022

Pedro Miguel Teixeira da Silva Batista

**PSICOLOGIA DAS MOTIVAÇÕES AJURÍDICAS
DO SENTENCIAR: A INFLUÊNCIA DA
TESTEMUNHA NA DECISÃO JUDICIAL**

Dissertação defendida em provas públicas para a obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Forense no Curso de Mestrado em Psicologia Forense, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 03 de junho perante o júri nomeado pelo seguinte Despacho Reitoral Nº 156/2022, com a seguinte composição:

Presidente: Professor Doutor Nélio Brazão

Arguente: Professora Doutora Andreia Machado

Orientador: Professor Doutor Carlos Alberto Poiães

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Psicologia e Ciências da Vida

Lisboa

2022

Agradecimentos

A elaboração da presente dissertação para a obtenção de grau de Mestre em Psicologia Forense carece sempre da contribuição de vários intervenientes.

Ao Professor Doutor Carlos Alberto Poiares por todo o conhecimento transmitido durante este percurso académico, pela sua dedicação e intervenção na área da Psicologia Forense e da Exclusão Social, e por sempre se ter disponibilizado a esclarecer questões.

À juíza Rosa Mar Brandão e demais juízes e funcionários judiciais por todo o apoio e disponibilidade para a realização desta investigação.

À minha família que sempre me motivaram para a conclusão da presente etapa e acompanharam ao longo do meu percurso académico. O mais importante agradecimento à minha Mãe que sempre esteve deste lado e sem ela nada disto seria possível.

À minha namorada, Margarida, que nunca me deixou ir abaixo e sempre esteve aqui para apoiar e motivar em todos os momentos. Obrigado por acreditares sempre em mim.

Por fim, um obrigado a todos os meus colegas, professores e orientadores, a aprendizagem e o conhecimento partilhado entre todos estes intervenientes levaram e prolongaram esta vontade por querer fazer sempre mais e melhor, agora profissionalmente no ramo da Psicologia Forense.

Resumo

O presente estudo pretende analisar as motivações ajurídicas do sentenciar na justiça criminal portuguesa, tendo como objeto de estudo o papel das testemunhas em tribunal e como estas podem influenciar a tomada de decisão, erigindo como referente a ancoragem jus psicológica: a perspetiva da Psicologia quando penetra no espaço jurídico-judicial, quer na investigação quer na intervenção.

O principal objetivo da investigação é a análise de fatores que possam influenciar a tomada de decisão judicial e se estas motivações têm origem principal na comunicação verbal ou na comunicação não-verbal dos depoentes.

Para esta investigação foi utilizada a Grelha de Análise das Motivações Ajurídicas do Sentenciar (GAMAS) (Poiães, 2005), aplicada no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa – Juízo Central Criminal de Lisboa.

A amostra é constituída por 13 julgamentos, no qual se identificaram 92 atores judiciais, sendo que 56 eram testemunhas, 16 testemunhas com estatuto de vítimas (e/ou lesadas) e 20 arguidos(as). Os resultados adquiridos conferem a validade e consistência do instrumento utilizado e identificam a existência de motivações ajurídicas na tomada de decisão judicial.

Palavras-Chave: Psicologia das motivações ajurídicas do sentenciar; Testemunho; Comunicação verbal; Comunicação não-verbal; Decisão Judicial

Abstract

The present study intends to analyze the non-legal motivations of sentencing in Portuguese criminal justice, having as object of study the role of the witness in court and how they can influence decision-making, erecting as a reference to the psychology in justice: the perspective of Psychology when it emerges in the legal-judicial space, whether in research and intervention.

The main objective of the investigation is the analysis of factors that influence judicial decision-making and whether these motivations originate in verbal communication or non-verbal communication of the deponents.

The investigation was based on the Grid for Analysis of Motivations in Sentencing of Non-judicial Sentential (GAMAS) (Poiares, 2005). The observation job was carried out at the Judicial Court of the District of Lisbon – Central Criminal Court of Lisbon with the application of the grid.

The sample consists of 13 trials, with a total of 92 judicial actors, of which 56 are presented as witnesses, 16 victims, and 20 defendants. The results obtained check the validity and consistency of the instrument used and identify the existence of legal reasons in the decision-making process.

Keywords: Psychology of legal motivations for sentencing; Testimony; Verbal communication; Non-verbal communication; Judicial decision

Abreviaturas

CV – Comunicação Verbal

CNV – Comunicação Não-Verbal

CVP – Comportamento Verbal Positivo

CVN – Comportamento Verbal Negativo

CNVP – Comportamento Não-Verbal Positivo

CNVN – Comportamento Não-Verbal Negativo

Índice

Introdução	8
PARTE I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E LEGITIMAÇÃO	10
1.1. Psicologia Forense	11
1.2. Intervenção jus psicológica.....	12
1.3. Psicologia das Motivações Ajurídicas do Sentenciar	14
PARTE II – METODOLOGIA.....	18
2.1 Método	19
2.2 Participantes	19
2.3 Instrumentos.....	20
2.4 Procedimentos.....	20
PARTE III – RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
3. Resultados	23
3.1. Amostra.....	23
3.2 Análise de resultados	26
3.3. Discussão dos resultados	28
Conclusão.....	31
Referências.....	34
APÊNDICES	38
Apêndice I.....	39
Apêndice II	43
Apêndice III	47
Apêndice IV	50
Apêndice V	53
ANEXOS	59
Anexo I	60
Anexo II	76

Introdução

A decisão judicial ocorre da conjunção de diversos fatores como, por exemplo, as normas jurídicas, leis constitucionais, ética e deontologia, política, educação, entre outros (Drobak & North, 2008). Desta forma, é possível concluir que cada juiz tem a sua filosofia judicial, fruto da combinação do sistema formal e normativo, com o seu sistema de crenças e perceções sobre a realidade de cada processo. Altavilla (2003) refere que o processo judicial tem como objetivo atingir a verdade dos factos, sendo necessário analisar os discursos e os intradiscurso dos atores judiciais, pretendendo aproximar a realidade do acontecimento e os factos relatados no depoimento de forma a detetar a credibilidade e a fiabilidade de uma testemunha.

A revisão da literatura demonstra que o papel da comunicação, quer esta seja Comunicação Verbal (CV) ou Comunicação Não-Verbal (CNV), tem implicação na decisão judicial (Poiães & Louro, 2012). Desta forma, emerge a necessidade da investigação sobre o tema, surgindo o ramo da Psicologia denominada Psicologia das Motivações Ajurídicas do Sentenciar, que recebeu contributos para a sua construção, por um lado, do *sentencing* e, por outro, para a abordagem daquilo que motiva o juiz, numa perspetiva de facto – cabendo realçar os estudos de Altavilla (1981) sobre denominada “psicologia do juiz”. Sublinhe-se que, ao longo do séc. XX, alguns estudos foram realizados, com raiz no *sentencing*, procurando descortinar o processo de formação da decisão judicial (Sacau et al., 2012). Esta é identificada no séc. XX com Everson (1919) ao investigar o efeito do temperamento e personalidade dos juízes na elaboração da decisão judicial.

Deste modo, é possível observar que existem fatores que entram no processo da tomada de decisão judicial, as motivações ajurídicas, tema este que a presente investigação pretende analisar, bem como a identificação de componentes mais relevantes para o processo. Fatores como a comunicação não-verbal, que anteriormente não teria sido assumida como tendo um papel relevante na credibilidade e fiabilidade atribuída a uma testemunha pelo juiz, começa a ter um papel fundamental no tema em estudo. Além desta, outras diversas formas do comportamento, voluntárias ou involuntárias, podem ser simuladas, como por exemplo o nervosismo, as expressões faciais, o tom de voz, a motivação e firmeza na resposta, ou até mesmo a postura corporal e o olhar que enfrenta

o palco judicial ou que se mantêm num único foco. Significa isto que a interpretação da CV carece de observação e análise da CNV.

A presente dissertação recorre à Grelha de Análise das Motivações Ajurídicas do Sentenciar (GAMAS) (Poiars, 2005), de modo a investigar os comportamentos dos atores judiciais, de forma a compreender quais os comportamentos (verbais e/ou não-verbais) que assumem maior influência na decisão judicial. A génese da Psicologia das Motivações Ajurídicas do Sentenciar alicerça-se no estudo da Psicologia do Testemunho, além daquilo que são os processos psicológicos básicos, projetando-se na gramática judiciária, com recurso à investigação ecológica (investigação psicológica de testemunhos em tribunal).

PARTE I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E LEGITIMAÇÃO

1.1. Psicologia Forense

A definição da Psicologia Forense sofreu, ao longo dos anos, diversas alterações. Como refere Serra (2016): “As questões relativas à interface entre a Psicologia e o Direito estão presentes na literatura do domínio desde os anos 30 do século XX, deixando transparecer um conjunto de dificuldades no processo de delimitação da Psicologia Forense” (p. 177).

Bartol e Bartol (1987) apresentam a Psicologia Forense como a área de investigação do comportamento humano diretamente ligado com os processos legais e com o exercício profissional no sistema legal (penal e cível). Nesta mesma linha de pensamento, Otto e Heilbrun (2002) alertam para o facto de existir um número de psicólogos que desenvolvem o seu trabalho em contextos legais, como nos estabelecimentos prisionais ou em contextos não jurídicos, como nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. Mais tarde, Bartol e Bartol (2008) sugerem uma atualização à sua definição partilhada anteriormente, propondo uma delimitação do campo de atuação do psicólogo forense, bem como a população alvo e os seus contextos de atuação: Psicologia Policial (estudo e intervenção nos sistemas de segurança do estado); Psicologia Criminal (estudo das condições psicológicas do sujeito delincente e o comportamento desviante); Psicologia Correccional (prática psicológica realizada com ofensores); Vitimologia (estudo sobre a vítima e os processos de vitimação); Psicologia Jurídica (aplicação da Psicologia para a interseção desta com a lei).

Mais recentemente, Gonçalves (2010) indica que a Psicologia Forense interliga as áreas da Psicologia e da Justiça com o objetivo de avaliar o comportamento humano em vários contextos judiciais, sobretudo na fase da pré-sentença, estudando perspetivas como as motivações para o crime, a credibilidade e a fiabilidade do testemunho, atuando entre todos os atores judiciais – arguidos, testemunhas, vítimas e os aplicadores (juízes, polícias, entre outros). Já Machado e Gonçalves (2011) identificam a Psicologia Forense como o campo da Psicologia aplicada que concerne o fornecimento de informação proveniente de qualquer especialidade da Psicologia para ser utilizada pelo Direito na tomada de decisão judicial.

Hart (2001) afirma que a sociedade censura ou castiga um indivíduo por este transgredir a norma. Foucault (1998) indica que é necessário não só julgar o indivíduo, como também a sua natureza, o seu modo de pensar, passado e vontade, levando a que o

castigo incida sobre o transgressor, com um carácter corretivo ao desvio identificado. Desta forma, Foucault (1999) afirma que o autor do ato transgressivo deve ser analisado em função do conjunto dos elementos do próprio ato e a realidade subjacente ao ator que o realizou, quer na realidade onde se insere quer no seu contexto motivacional.

A Psicologia e o Direito têm uma plataforma comum que corresponde ao conhecimento do comportamento. Segundo Poiares (1998), o Direito representa o discurso do Poder que tem como objetivo a gestão da ordem e das desordens sociais. Poiares (2001) afirma que é fundamental compreender e desconstruir as razões internas do sujeito e os seus comportamentos disruptivos, pois através desta descodificação das razões é possível aplicar uma pena adequada ao sujeito concreto e não uma pena de pura vingança.

A própria lei apresenta conceitos psicológicos, como os atos, conduta, atitude, vontade e compreensão, bem como conceitos psicopatológicos, como anomalia e transtorno mental. Assim, o papel da Psicologia é importante no contexto do Direito para compreender além do binómio crime-castigo, ou seja: compreender o indivíduo e o seu comportamento desviante.

A área de intervenção do psicólogo forense abrange diferentes domínios, como a avaliação de vítimas e arguidos em processos-crime, regulação do exercício das responsabilidades parentais ou adoção, avaliação do dano, consequências de perturbações psicológicas no comportamento, bem como em questões interligadas com o testemunho, como a investigação policial, acompanhamento de testemunhas, reinserção social e execução de penas (Gulotta, 2003). Neste sentido, surgem outras questões interligadas da Psicologia ao Direito que podem afetar o decurso de uma decisão judicial, entre elas a memória, credibilidade e fiabilidade das testemunhas.

1.2. Intervenção jus psicológica

Poiares (2001) refere que, desde o início do séc. XX, a justiça e a Psicologia encontram-se numa fase de aproximação e cruzamento, derivado de repetidos apelos sociais e necessidades urgentes constatadas. As obras de Altavilla – *Psicologia Judiciária*, publicada em 1925 (Altavilla, 1981), e de Mira y López – *Manual de Psicología Jurídica* (1932) começaram por explicar a importância do meio de comunicação entre o Direito e a Psicologia. A origem desta comunicação é identificada por Poiares (2001,2005) nas

obras de Ferri (1892) e Garófalo (1885, 1887, 1895), Afonso Costa (1885) e Alberto Pessoa (1913), seguindo-se por Carrington da Costa (1954).

A intervenção jus psicológica é introduzida através da construção da Psicologia Forense num plano intercontributivo da aplicação da lei, uma vez que tanto o Direito como a Psicologia têm como objeto de estudo as pessoas e os seus comportamentos, e cada uma das áreas possuir uma perspetiva diferente, existindo assim condições e necessidades da aproximação do Direito à Psicologia, para que o Direito seja mais justo e a Ciência mais sábia (Da Agra, 2000). Em suma, a intervenção jus psicológica impõe o relacionamento aprofundado entre os profissionais de ambas as áreas, clarificando os papéis de cada, com uma observância rigorosa e estrita do plano ético que assiste à cooperação entre juristas e técnicos de Psicologia Forense (Gulotta, 2003; Louro, 2008; Poiães, 2001).

Atualmente, existe a necessidade de reforçar a ideia de que as ciências sociais não devem ser vistas como ciências auxiliares, mas sim como intercontributivas, estabelecendo a comunicação e a união das ciências sociais e do comportamento (Poiães, 1998), funcionando de um modo dialético entre disciplinas que partilham problemas e mecanismos comuns. Neste sentido, o contributo da Psicologia é indispensável para uma análise e interpretação exaustiva dos comportamentos e dos atores que os praticam.

O processo de criminalização é tripartido, contemplando as seguintes fases: a criminalização primária, que ocorre por meio do processo legislativo de criação e sanção da lei. A Psicologia e o Direito partilham um largo espaço de comunicação, no qual operam (ou devem operar) os psicólogos universitariamente formados na área, sendo vasta a amplitude do trabalho a desenvolver, que, no âmbito criminal, se inicia com a criminalização. A lei penal proscribe comportamentos, sendo nesta fase que se tipificam as condutas, ações e omissões que são consideradas como crime pelo Legislador, tendo como base as normas constitucionais e regras socialmente estabelecidas, numa ótica de prevenção geral. Numa segunda fase, a criminalização secundária refere-se à ação punitiva do Estado perante os crimes previstos no material legiferante. Nesta fase do processo, o indivíduo passará a ter apreciada a sua conduta pelas instituições do sistema penal, a cargo do Aplicador. O ato punível é valorado, pelas condutas assumidas, no contexto da transgressão penal, sendo imperativo que o aplicador preste atenção à personalidade do agente, sendo que a expressão personalidade se reporta aqui à noção

psicológica e não à jurídica. Por fim, a criminalização terciária corresponde às consequências do contacto do sujeito com as agências criminalizantes, nomeadamente a execução da pena e a respetiva reinserção social, fase que aproxima o transgressor dos técnicos e dispositivos de reinserção, bem como do tribunal de execução de penas. Desta forma, o processo de criminalização tem origem no discurso do Legislador, dirigido à comunidade e ao Aplicador, que o vai aplicar ao Transgressor. Do estabelecimento da partilha de informação entre os atores sociais, advém uma intercomunicação discursiva, que provoca uma ressonância prática dessas mensagens, em que o movimento de um destes atores é suscetível de provocar o movimento de outros e o conseqüente discurso de qualquer um destes influencia o discurso dos demais e a configuração do sistema. Deste modo, conclui-se que cada ator judicial intervém voluntária ou involuntariamente no sistema, e o mesmo aplica-se a vítimas e testemunhas, tornando-se imprescindíveis para a tomada de decisão do juiz (Poiares, 1998, 2005).

1.3. Psicologia das Motivações Ajurídicas do Sentenciar

O estudo da Psicologia das Motivações Ajurídicas do Sentenciar funda-se parcialmente em Everson (1919), ao investigar o efeito do temperamento e personalidade dos juízes na elaboração da decisão judicial, embora o foco da investigação tenha sido mais direcionado para as preocupações com a sentença do que com as questões da Psicologia (Blanck, 1996), e posteriormente com Sellin (1928), que analisou as diferenças nos padrões das sentenças (Mustard, 2001). Porém, em Portugal, pode afirmar-se que este campo teve como impulsionador Laborinho Lúcio, na década de 80, enquanto diretor do CEJ (Centro de Estudos Judiciários), incluindo a cadeira de Motivações Extrajudiciais. Mais tarde, em 2004, o CEJ e a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias celebram um protocolo que permite aos estudantes do curso atualmente denominado Psicologia Forense, a autorização à recolha de dados nas salas de tribunal, do qual se evidenciam algumas investigações pioneiras sobre a Psicologia do Testemunho de Valente (2005), Marques (2005) e o trabalho de Louro (2005) sobre a Psicologia das Motivações Ajurídicas do Sentenciar.

Identifica-se, assim, uma grande aproximação entre a Psicologia do Testemunho e a Psicologia das Motivações Ajurídicas do Sentenciar pelo facto desta última se basear na convicção do julgador, formada através de todos os processos narrativos apresentados pelos outros atores judiciais. Deste modo, surge a emergência de aquisição de razões que

levam o julgador a decidir, fundando-se na convicção obtida a partir dos testemunhos prestados em tribunal (Louro, 2008).

A Psicologia das Motivações Ajurídicas do Sentenciar tem como objeto de estudo as decisões ajurídicas da tomada de decisão judicial, isto é, motivações externas ao Direito inculcadas pela convicção, atitudes, credibilidade e fiabilidade de algumas testemunhas, afiliando-se na área da Psicologia do Testemunho.

Como referem Drobak e North (2008), a tomada de decisão judicial ocorre da conjugação de diversos fatores, como por exemplos as normas jurídicas, leis constitucionais, ética e deontologia, política, educação, entre outros. Desta forma é possível concluir que cada juiz tem a sua filosofia judicial, fruto da combinação do sistema formal e normativo judicial com o seu sistema de crenças e perceções sobre a realidade de cada processo. Já Velha (2001) referiu que as perceções de quem considera e analisa o testemunho vão além da lógica e extensão do próprio relato, da sua informação e capacidade da testemunha. O que leva a distinguir os conceitos de credibilidade e fiabilidade, sendo aquele um traço e este um estado da testemunha. Contudo, através dos conhecimentos da Psicologia, é de referir que a testemunha pode cometer alguns erros involuntários no ato de testemunhar, justificados pelas circunstâncias que condicionam o relato, como o tempo e organização do discurso, de elementos ouvidos e/ou observados em outras ocasiões, causando uma sensação de confusão e desorganização da narrativa, interferindo assim na convicção do juiz.

Poiares e Louro (2012) referem que os atores judiciais se expressam através de mensagens, transmitindo crenças, expectativas, preconceitos e estereótipos sobre determinadas questões com o objetivo de convencer o outro que a sua argumentação deve ser tomada como certa. Contudo, “há que contar com outras espécies discursivas: (i) os ditos, isto é, o que é proferido pelo sujeito; (ii) os não-ditos, aquilo que o falante não enuncia porque provavelmente considera desprovido de valor, sem interesse; (iii) os interditos, quer dizer, o que o sujeito não diz porque não quer, porque entende que nunca ou, pelo menos, nesse momento, não pode (ou não deve) dizer; (iv) os entreditos – o que o indivíduo sugere, ainda que não o afirme directa e linearmente (...), e, (v) os sobreditos, aquelas afirmações que o sujeito tende a repetir, quase ritualmente, procurando enfatizar determinada questão.” (Poiares & Louro, 2012, p.113).

Na interpretação de um testemunho, há sempre pelo menos três hipóteses de o avaliar: (i) Poderá ser verdadeiro; (ii) O testemunho pode ser falso propositadamente; (iii) O testemunho pode ser falseado por memórias distorcidas através dos processos cognitivos (Sousa, 2013). Assim, a memória do depoente, os fatores biopsicossociais que influenciam o testemunho, como a atenção e processamento de informação, o intervalo de retenção, e, por fim, o interrogatório testemunhal são elementos-chave durante o ato do testemunho para apurar os fatos reais, o que decorre da convicção do juiz, que advém do processo de fiabilização de cada testemunho.

Segundo Altavilla (1981), a verdade judicial tem um valor relativo no conhecimento do magistrado, uma vez que a esta é apresentada através de interrogatórios e depoimentos que podem sofrer transformações ao longo do tempo, passando por um processo de transformação desde o momento inicial até ao momento final em que é exposta por escrito ou verbalmente, sendo resultado de um processo de “filtragem, seleção e assimilação dos factos narrados junto dos operados judiciários, por uma ou mais testemunhas, podendo ser complementada – ou exclusivamente fundada – por documentos” (Silva, 2010, p. 48).

É comum que as testemunhas cometam alguns erros, uma vez que os mecanismos psicológicos são complexos. As emoções e os sentidos podem influenciar a perceção dos acontecimentos, afetando os processos básicos. A mentira está presente no sistema judiciário e sempre se procurou a proveniência da mesma; se das testemunhas, do acusado ou do acusador (Poiars, 2005; Poiars & Louro 2012; Queirós, 2012). Desta forma, o juiz funciona perante o testemunho, da mesma forma como a testemunha funciona perante o acontecimento; refletindo-se na forma de que o juiz se apresenta como testemunha das testemunhas, no produto da conversão entre acontecimento para acontecido (Poiars, 2005; Poiars & Louro, 2012).

Poiars e Louro (2012) identificam como principal objeto da Psicologia do Testemunho a análise e valorização da credibilidade e fiabilidade da prova testemunhal ao longo do contexto judicial, seja através do Comportamento Verbal ou do Comportamento Não-Verbal, e a sua implicação na decisão judicial. Altavilla (2003) afirma que o processo judicial tem como objetivo atingir a verdade dos factos, sendo necessário analisar os discursos e os intradiscurso dos atores judiciais, pretendendo aproximar a realidade do acontecimento e os factos relatados no depoimento de forma a

detetar a credibilidade e a fiabilidade de uma testemunha. De acordo com Poiares e Louro (2012) a credibilidade constitui um traço associado à personalidade do depoente, enquanto a fiabilidade corresponde ao estado durante o depoimento (enquanto um depende de características da personalidade que pode ter alterações, a fiabilidade decorre da sua comunicação, posição e atitude). Deste modo, um sujeito pode ser considerado credível, mas por diversos fatores também pode não ser fiável, como por exemplo não ter estado com atenção ao acontecimento ou por ter sido exposto a informação sugestiva. A fiabilidade é associada ao valor do depoimento, sendo neste ponto que se pode demonstrar como um falso testemunho (Rainho, 2010), acrescentando que a credibilização de um determinado testemunho engloba também o contexto social e/ou socioeconómico, ou profissional da testemunha, informação que o juiz assimila ou não (Poiares & Louro, 2012). O oposto também poderá estar presente, pois o sujeito poderá relatar com veracidade os factos ocorridos pois esteve presente no momento e observou-o com atenção. Contudo, as fiabilidades contêm vulnerabilidades, que são inerentes ao sujeito, refletindo neste construto as perceções erradas, a atenção consciente e o testemunho através das suas memórias que podem ser falsas ou implantadas (Rainho, 2010); mas que também derivam da atitude do indivíduo e da forma como este interage, bem como da sua postura perante o tribunal (Poiares & Louro, 2012).

PARTE II – METODOLOGIA

2.1 Método

A abordagem sobre o tema do processo de formação de decisão judicial tem ganho uma proporção reforçada desde o início deste século, com a construção de um modelo empírico criado ao longo de décadas. Países como Espanha, Portugal, Inglaterra e Canadá têm abordado este tema, quer em contexto de investigação universitária, quer por profissionais forenses. Monahan e Loftus (1982) identificam três categorias das contribuições da Psicologia para o Direito: validação das conclusões subjacentes à aplicação da lei (tal como a determinação da competência); clarificação da natureza formal dos processos legais (tal como ao nível das decisões); delimitação das fronteiras entre o que foi considerado como o “sistema legal informal” (tal como o sistema jurídico e os serviços de saúde mental) (Serra, 2016).

A natureza destas questões implica um maior foco por parte da investigação, devido ao facto de a decisão judicial incidir sobre o comportamento humano e existir a necessidade de compreender o seu processo formativo, que não está ausente de ser afetado por subjetividades, ausentes do quadro jurídico, como por exemplo a convicção, atitude, credibilidade, fiabilidade, crenças, motivações ou preconceitos do juiz. De forma a responder a algumas questões, as investigações realizadas têm tido uma função relevante, onde se encontram algumas conclusões que apontam no sentido de os juízes serem sensíveis ao comportamento verbal e não verbal dos atores judiciais (Poiares & Louro, 2012).

A pertinência deste estudo reside na necessidade de se obter informação no âmbito da Psicologia Forense sobre como os comportamentos influenciam a tomada de decisão judicial, bem como a trajetória do desenho que produz o preenchimento da equação decisória definida pelo autor da GAMAS (Poiares, 2005).

2.2 Participantes

Os julgamentos da presente investigação, de natureza observacional em ambiente natural, decorreram nas varas criminais de Lisboa, sendo constituída por 13 processos, com 92 atores judiciais, sendo 56 testemunhas, 16 testemunhas com estatuto de vítimas (e/ou lesadas) e 20 arguidos(as).

Os critérios de inclusão e exclusão dependem de dois fatores (a) os arguidos e as testemunhas prestarem depoimento; (b) não serem meras testemunhas abonatórias ou de ciência indireta, na justa medida em que não são contribuintes de relevo na decisão.

2.3 Instrumentos

Dado que esta investigação tem como objetivo avaliar como o comportamento dos depoimentos em tribunal pode influenciar a tomada de decisão dos juízes, foi utilizado a Grelha de Análise das Motivações Ajurídicas do Sentenciar – GAMAS (Poiares, 2005) (Anexo I), instrumento que permite avaliar como o CV e CNV prestado pelos depoentes (testemunhas, vítimas e arguidos) pode ser suscetível de produzir condicionantes externos na tomada de decisão do juiz. De acordo com o caderno de instruções (Poiares, 2005) (Anexo II) da referida grelha, esta é composta por: (I) 40 *itens* numa escala dicotómica – metade dos *itens* avaliam a CV e a outra metade avalia a CNV; 2 *itens* avaliam o intradiscurso (os ditos e os não ditos) e a articulação entre o discurso e o intradiscurso (harmonia entre o dito e a racionalidade do interveniente para o dizer); (II) análise de dimensão sociodemográfica e cultural (perguntas fechadas numa escala nominal e dicotómica); (III) anamnese judicial - Dimensão clínica e Dimensão Forense (perguntas abertas e fechadas numa escala nominal e dicotómica); (IV) “razão de decisão” (questões abertas e fechadas – resposta numa escala nominal e dicotómica); (V) “razões da adesão ao depoimento” (perguntas fechadas numa escala nominal e dicotómica).

Os *itens* do instrumento supracitado são do tipo dicotómico correspondente a “0” (não se verifica) e “1” (verifica-se) onde é preenchido durante a observação do depoimento com o auxílio do manual de instruções.

Assim, a lista de *itens* é dividida em duas sub-escalas, a “Comunicação verbal” que engloba os *itens* “1. Clareza” ao “20. Verborreia” e a “Comunicação não-verbal” do *item* “21. Postura corporal rígida” ao “40. Entusiasmo no depoimento”.

2.4 Procedimentos

A presente investigação teve início no mês de outubro de 2019, assistindo, até março de 2020, às quintas-feiras, aos julgamentos no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa – Juízo Central Criminal de Lisboa, ao abrigo do protocolo entre aquele tribunal, a COFAC e a PJISUS. A presença nas audiências uma vez por semana resultou da escala judicial naquela vara, tendo definido um acordo com a magistrada judicial. A partir das

datas referidas, e por consequência dos efeitos sentidos após o início da pandemia COVID-19, deu-se o encerramento temporário dos tribunais, bem como a posterior limitação de pessoas permitidas no interior das salas de julgamento, na sua reabertura, pelo que apenas foi permitido estar presente nos julgamentos em que estariam menos pessoas, cumprindo as normas estabelecidas. Os julgamentos presenciados foram escolhidos de forma aleatória, não existindo nenhum critério específico para a recolha dos dados. A presente amostra não é representativa por ser reduzida (n=13). Deste modo, optou-se por fazer um processamento estatístico simples, através de análises descritivas e frequência.

A previsão inaugural de tempo e presença em tribunal, bem como a estimativa sobre a amostra a recolher, foram inviabilizadas pela pandemia, que determinou dois confinamentos o que (i) prolongou a execução deste estudo; (ii) fez diminuir a amostra; e, (iii) implicou a impossibilidade de assistir a audiências em que havia maior número de participantes.

No começo de cada julgamento era explicada, pela juíza Rosa Brandão, a razão da presença do aluno bem como os seus objetivos, de modo a obter a colaboração de todos os intervenientes nos processos, não tendo existido qualquer objeção.

Para a realização da análise estatística foi utilizado o *IBM SPSS Statistics* versão 28.0.

PARTE III – RESULTADOS E DISCUSSÃO

3. Resultados

3.1. Amostra

A amostra é constituída por 92 sujeitos, dos quais 69,6% (n=64) são do sexo masculino e 30,4% (n=28) do sexo feminino (Ver em Apêndice I). Na Tabela 1 é identificada a caracterização da amostra, sendo que, no âmbito dos atores judiciais, são identificados: 21,7% (n=20) arguidos, dos quais 80% (n=16) são do sexo masculino e 20% (n=4) são do sexo feminino; 17,4% (n=16) vítimas, das quais 68,8% (n=11) são do sexo masculino e 31,2% (n=5) são do sexo feminino e 60,9% (n=56) testemunhas, das quais 66,1% (n=37) são do sexo masculino e 33,9% (n=10) do sexo feminino.

Tabela 1

Posição Judicial e Género

		Género		Total	
		Masculino	Feminino		
Posição Judicial	Arguido	Contagem	16	4	20
		% em Posição Judicial	80,0%	20,0%	100,0%
		% em Género	25,0%	14,3%	21,7%
Vítima		Contagem	11	5	16
		% em Posição Judicial	68,8%	31,3%	100,0%
		% em Género	17,2%	17,9%	17,4%
Testemunha		Contagem	37	19	56
		% em Posição Judicial	66,1%	33,9%	100,0%
		% em Género	57,8%	67,9%	60,9%
Total		Contagem	64	28	92
		% em Posição Judicial	69,6%	30,4%	100,0%
		% em Género	100,0%	100,0%	100,0%

No concerne ao estado civil dos elementos da amostra foi possível observar que 80,4% (n=74) são solteiros, 16,3% (n=15) são casados e 3,3% (n=3) são divorciados (Tabela 2).

No que respeita à etnia, 87% (n=80) são de etnia caucasiana e 13% (n=12) são de etnia negra (Tabela 3). Relativamente à nacionalidade, 82,6% (n=76) de nacionalidade portuguesa, 8,7% (n=8) são de nacionalidade italiana, 3,3% (n=3) de nacionalidade guineense, 2,2% (n=2) de nacionalidade francesa, 2,2% (n=2) de nacionalidade cabo-verdiana e 1,1% (n=1) de nacionalidade angolana (Tabela 4).

Relativamente às habilitações literárias, verifica-se um *missing* de 47,8%, sendo que nos restantes 52,2%, 44,6% (n=41) tem o ensino secundário, 6,5% (n=6) tem ensino superior e 1,1% (n=1) tem o ensino primário completo (Tabela 5).

No que respeita à residência, 100% (n=92) vive em contexto urbano (Tabela 6). Quanto à profissão, verifica-se um *missing* de 9,8% e dos restantes 90,2%: 35,9% (n=33) são estudantes, 22,8% (n=21) estão desempregados, 13% (n=12) são agentes da PSP, 3,3% (n=3) são seguranças, 3,3% (n=3) são inspetores da PJ, 2,2% (n=2) são mecânicos, 2,2% (n=2) são enfermeiras, 22% (n=2) trabalham no serviço social e os restantes 5,5% dividem-se pelas profissões de construção civil, vendedor ambulante, ajudante de lar, auxiliar de saúde e diretor técnico (Tabela 7).

No que respeita à caracterização dos arguidos (Ver em Apêndice II), estes têm idade compreendida entre os 18 e os 60 anos ($X=30,83$ e $D.P.=13,435$), no entanto, estes dados não correspondem ao valor total dos sujeitos uma vez que dois deles não indicaram a idade (Tabela 8).

No que concerne aos dados sociodemográficos dos arguidos: 80% (n=16) são do sexo masculino e 20% (n=4) são do sexo feminino (Tabela 9); Estado Civil (80% (n=16) Solteiro; 15% (n=3) Divorciado; 5% (n=1) Casado) (Tabela 10); Profissão (50% (n=10) Desempregado; 25% (n=5) Estudante; 10% (n=2) Mecânico; 5% (n=1) Construção Civil; 5% (n=1) Vendedor Ambulante; 5% (n=1) Ajudante num Lar) (Tabela 11).

Quanto aos dados culturais: Etnia (Caucasiana: 70% (n=14); Negra: 70% (n=6)) (Tabela 12); Habilitações literárias (*Missing*: 70%; Ensino Secundário Completo: 30% (n=6)) (Tabela 13); Residência (Urbana: 100% (n=20)) (Tabela 14).

No que é alusivo ao tipo de crime tipificado: 40% (n=8) roubo agravado; 15% (n=3) ofensa à integridade física; 15% (n=3) tráfico de estupefacientes; 10% (n=2) violência doméstica; 5% (n=1) ameaça agravada; 5% (n=1) abuso sexual; 5% (n=1) homicídio qualificado na forma tentada; 5% (n=1) abuso sexual de criança (Tabela 16).

Do total dos arguidos, 80% (n=16) não têm antecedentes criminais, 5% (n=1) têm antecedentes criminais, sendo que em 15% (n=3) não apresentam a informação (Tabela 17). Quanto à decisão judicial: 55% (n=11) foram considerados absolvidos dos crimes imputados, enquanto os restantes 45% (n=9) foram considerados culpados (Tabela 17). Por fim, quanto à medida aplicada aos que foram considerados culpados: 66,7% (n=6) tiveram uma pena suspensa, enquanto os restantes 33,3% (n=3) tiveram uma pena efetiva (Tabela 18).

Na análise da caracterização das vítimas (Ver em Apêndice III) verificou-se que as idades variam entre os 16 e os 43 anos ($X=23,56$; D.P.=8,048); contudo, estes valores não representam o total, uma vez que das 16 vítimas não foi possível apurar as idades de 9 (Tabela 19).

Relativamente aos dados sociodemográficos: 68,8% (n=11) são do sexo masculino e 31,2 (n=5) do sexo feminino (Tabela 20); Estado Civil (100% Solteiro) (Tabela 21); Profissão (*Missing*: 31,3%; Estudante: 56,3% (n=9) e desempregado: 12,5% (n=2)) (Tabela 22).

No que respeita aos dados culturais: Etnia (Caucasiana: 100%) (Tabela 23); Habilitações literárias (*Missing*: 62,5%; Ensino Secundário: 37,5%) (Tabela 24); Residência (Urbana: 100%) (Tabela 25) e Nacionalidade (portuguesa: 68,8% (n=11); italiana: 25% (n=4) e francesa: 6,3% (n=1)) (Tabela 26).

Relativamente às testemunhas (Ver em Apêndice IV), as idades variam entre os 19 e os 43 anos ($X=26,31$; D.P.= 9,002); no entanto, estes dados são estão representados na sua totalidade pois só correspondem a 16 testemunhas (Tabela 27).

No que diz respeito aos dados sociodemográficos: 66,1% (n=37) são do sexo masculino e 33,9% (n=19) são do sexo feminino (Tabela 28); Estado Civil (Solteiro: 75% (n=42); Casado: 25% (n=14)) (Tabela 29); Profissão (Estudante: 33,9%; Agente PSP: 21,4%; Desempregado: 16,1%; Segurança: 5,4%; Inspetor PJ: 5,4%; Enfermeira: 3,6%; Serviço Social: 3,6%; Auxiliar Saúde: 1,8% e Diretor Técnico: 1,8%) (Tabela 30).

No que concerne aos dados culturais: Etnia (Caucasiana: 89,3%; Negra: 10,7%) (Tabela 31); Habilitações Literárias (*Missing*: 35,7%; Ensino Básico: 1,8%; Ensino Secundário: 51,8%; Ensino Superior: 10,7%) (Tabela 32).

3.2 Análise de resultados

De seguida, foram selecionados os casos em que o arguido foi considerado culpado na decisão judicial, ou seja, os julgamentos 3, 6, 8, 9, 11 e 12, e posteriormente analisados os *itens* mais observados nestes casos. Com o objetivo de investigar a influência do comportamento verbal e não-verbal nas decisões judiciais, os comportamentos foram divididos em quatro dimensões, seguindo a mesma ideia de análise de investigações anteriores (Mendonça, 2020; Sousa, 2016; Lopes, 2014): Comportamento Verbal Positivo (CVP), Comportamento Verbal Negativo (CVN); Comportamento Não-Verbal Positivo (CNVP) e Comportamento Não-Verbal Negativo (CNVN). (Apêndice V)

Como *itens* da CVP foram definidos os seguintes *itens*: Clareza (*item* 1), Lógica (*item* 2), Pensa sobre as questões que considera duvidosas (*item* 4), Discurso rápido e sem dúvidas (*item* 5), Invocação de *locus* de controlo interno (*item* 7), Discurso adequado (*item* 10) e Coerência (*item* 13).

Quanto à CVN identificam-se: Hesitações (*item* 3), Recurso a apelos emocionais (*item* 6), Invocação de *locus* de controlo externo (*item* 8), Desorganização discursiva (*item* 9), Discurso desadequado (*item* 11), Discurso agressivo (*item* 12), Incoerência (*item* 14), Insiste na versão mesmo quando contraditado (*item* 15), Contradições frequentes (*item* 16), Contradições muito acentuadas (*item* 17), Responde antes de formulada a pergunta (*item* 18) e Risos (*item* 19).

Para a dimensão CNVP: Postura corporal flexível (*item* 22), Motivação/Interesse (*item* 25), Firmeza (*item* 26), Rapidez/Desembaraço na resposta (*item* 27), Autoconfiança (*item* 30), Olhar que percorre todos os atores (*item* 35) e Entusiasmo no depoimento (*item* 40).

Por fim, a dimensão CNVN é composta por: Postura agressiva (*item* 23), Desmotivação/Desinteresse (*item* 24), Pausas (*item* 28), Insegurança (*item* 29), Movimentação frequente do corpo (*item* 31), Gesticulação (*item* 32), Tiques (*item* 33), Esfrega muito as mãos (*item* 36), Cruza as pernas (*item* 37), Risos (*item* 39). Foram excluídos da análise os *itens* 20 (Verborreia) e *item* 21 (Postura corporal rígida) em consonância com o estudo apresentado por Lopes (2014) e Mendonça (2020), e os *itens*

34 (Olhar Frontal) e 38 (Alonga as Pernas) de modo a obter um α de *Cronbach* consistente para o presente estudo.

De seguida procedeu-se à análise da consistência interna de cada uma das dimensões onde o CVP apresenta um α de *Cronbach* moderado ($\alpha= 0.560$), o CVN apresenta um α de *Cronbach* aceitável ($\alpha= 0.812$), o CNVP um α de *Cronbach* moderado ($\alpha= 0.574$) e o CNVN um α de *Cronbach* moderado ($\alpha=0.509$).

De seguida, foram estudados os comportamentos mais observados através de uma análise descritiva dos *itens*.

Os *itens* com maior predominância na observação dos casos em que os arguidos foram condenados foram: Lógica (X= 0,97; D.P.= 0,174); Clareza (X= 0,91; D.P.= 0,292); Motivação/Interesse, Coerência, Gesticulação e Discurso Adequado (X= 0,85; D.P.= 0,364); Rapidez/Desembaraço na Resposta (X= 0,82; D.P.= 0,392); Firmeza e Discurso rápido e sem dúvidas (X= 0,79; D.P.= 0,415); Olhar Frontal (X= 0,73; D.P.= 0,452); Auto-Confiança (X= 0,70; D.P.= 0,467); Postura corporal flexível (X= 0,58; D.P.= 0,502); Movimentação frequente do corpo (X= 0,52; D.P.= 0,508); Postural corporal rígida e Pensa sobre as questões que considera duvidosas (X= 0,42; D.P.= 0,502); Invocação de *locus* externo (X= 0,39; D.P.= 0,496); Tiques (X= 0,36; D.P.= 0,489); Alonga as pernas (X= 0,30; D.P.= 0,467); Olhar que percorre todos os actores (X= 0,27; D.P.= 0,452); Responde antes de formulada a pergunta, Esfrega as mãos e Insegurança (X= 0,24; D.P.= 0,435); Insiste na versão mesmo quando contraditado e Contradições frequentes (X= 0,21; D.P.= 0,415); Cruza as pernas (X= 0,18; D.P.= 0,392); Discurso desadequado e Incoerência (X= 0,14; D.P.= 0,364); Pausas e Desmotivação/Desinteresse (X= 0,12; D.P.= 0,331); Entusiasmo no depoimento, Desorganização discursiva e Recurso a apelos emocionais (X=0,09; D.P.= 0,292); Hesitações, Postura Agressiva, Contradição muito acentuada e Discurso agressivo (X= 0,06; D.P.= 0,242); Verborreia e Risos (X=0,03; D.P.= 0,174); Riso e Invocação de *locus* de controlo interno (X=0,00; D.P.= 0,000) (Tabela 33).

Deste modo, conclui-se que os tens relativos à CV que mais se destacam são a Lógica, Clareza, Coerência e o Discurso Adequado e relativamente à CNV são a Motivação/Interesse, Gesticulação, Rapidez/Desembaraço na Resposta e Firmeza.

3.3. Discussão dos resultados

O presente estudo foi realizado com base na Grelha de Análise das Motivações Ajurídicas do Sentenciar, com o objetivo de perceber se os comportamentos dos actores judiciais (testemunhas), são suscetíveis de motivar o julgador na tomada de decisão judicial.

A GAMAS permite perceber se se realizaram comportamentos verbais ou não-verbais, e se estes influenciaram o juiz na medida em que, se este invocar que se baseou nas testemunhas A, B ou C, há que ver quais os comportamentos verbais e não-verbais que estas manifestaram nas audiências.

Os comportamentos da grelha referida foram divididos em quatro dimensões, com o objetivo de analisar a influência do comportamento verbal e comportamento não-verbal na decisão dos juízes, seguindo a mesma ideia de análise de algumas investigações anteriores (Lopes, 2014; Mendonça, 2020; Sousa, 2016): CVP, CVN, CNVP e CNVN. Esta divisão foi realizada com base nas abordagens teóricas das investigações referidas anteriormente: os comportamentos que envolvem manifestações ansiosas e de mentira são assim reportados como comportamentos negativos, e as manifestações de tranquilidade e veracidade são reportados como comportamentos de fiabilidade, e assim, comportamentos positivos.

Nos julgamentos que constituem a amostra, os comportamentos verbais que se verificaram nas testemunhas em que os juízes se baseiam para a decisão foram os seguintes: Lógica; Clareza; Discurso adequado; Coerência; Discurso rápido e sem dúvidas; Pensa sobre as questões que considera duvidosas; Inovação de *locus* de controlo externo; Responde antes de formulada a pergunta; Contradições frequentes; Insiste na versão mesmo quando contradito; Incoerência; Discurso desadequado; Recurso a apelos emocionais; Desorganização discursiva; Hesitações; Discurso agressivo; Contradição muito acentuada; Risos; Inovação de *locus* de controlo interno. Quantos aos comportamentos não-verbais, verificaram-se os seguintes: Motivação/Interesse; Gesticulação; Rapidez/Desembaraço na resposta; Firmeza; Olhar frontal; Autoconfiança; Postura corporal rígida; Movimentação frequente do corpo; Tiques; Alonga as pernas; Olhar que percorre todos os actores; Insegurança; Esfrega muito as mãos; Cruza as pernas; Pausas; Desmotivação/Desinteresse; Entusiasmo no depoimento; Postura agressiva; Riso.

Constata-se que foram mais repetidos nos comportamentos realizados pelas testemunhas, no plano verbal, Lógica, Clareza, Discurso adequado, Coerência, Discurso rápido e sem dúvidas, e no plano não verbal, Motivação/Interesse, Gesticulação, Rapidez/Desembaraço na resposta; Firmeza e Olhar frontal. Da divisão dos comportamentos entre cariz positivo e negativo, destacam-se: Lógica, Clareza, Coerência e Discurso Adequado (CVP); Invocação de locus de controlo externo (CVN); Motivação/Interesse, Rapidez/Desembaraço na resposta, Firmeza e Olhar Frontal (CNVP); Gesticulação e Movimentação do corpo (CNVN). Deste modo, podemos concluir que as dimensões mais relevantes foram a CVP e a CNVP, assumindo um papel de maior relevância no que toca às motivações ajurídicas do sentenciar.

Da mesma forma que alguns autores referem (Zuckerman et al., 1981; Vrij et al., 2005; Vrij, 2008), o comportamento verbal apresenta uma relação direta com o comportamento não-verbal. Após a análise dos resultados, é possível verificar que existem efetivamente estas relações entre os comportamentos, acrescentando que quando os comportamentos verbais eram de cariz positivo, estes também se relacionavam de forma direta com os comportamentos não-verbais de cariz positivo. Isto é, quanto maior forem as demonstrações de tranquilidade no comportamento não-verbal, maior serão os comportamentos de veracidade encontrados no comportamento verbal do sujeito, tendo o mesmo sido observado no presente estudo, indo em encontro com o referido pelos autores.

Verifica-se, assim, que, neste estudo, como em vários outros, os comportamentos que indiciam maior motivação dos julgadores coincidem. Por outras palavras: das decisões, os juízes fazem suportar a sua convicção nos depoimentos das testemunhas que maior impacto tiveram na produção da narrativa judicial, sendo possível observar a repetição desses comportamentos na economia da presente amostra. Torna-se visível que se trata de palavras, gestos ou condutas, que parecem desencadear uma adesão do julgador às narrativas apresentadas.

Assim, considera-se que a decisão judicial é influenciada pelos comportamentos assumidos pelas testemunhas, destacando-se os já mencionados.

As limitações deste estudo consistem em vários elementos, que se elencam: (i) a dimensão da amostra, que foi prejudicada em virtude da pandemia, da supressão de julgamentos e das restrições ao acesso a sala de audiências, com limite de presenças, na

reabertura dos tribunais, apesar da boa-vontade com que fomos sempre acolhidos; (ii) o facto de a amostra ter sido recolhida numa única comarca; e (iii) por a recolha, incidindo na observação de julgamentos, e o preenchimento do instrumento terem sido realizados por um único sujeito, ao contrário do recomendado.

Futuramente, abrem-se novos rumos de investigação, favorecidos quando o acesso aos tribunais estiver em condições normativas. Por um lado, realizar uma pesquisa com uma amostra maior de sujeitos processuais; e distinguir a análise de comportamentos entre testemunhas e vítimas. Com efeito, sendo processualmente a vítima uma testemunha, a sua especificidade carece de estudo individualizado, atendendo ao interesse na causa que as vítimas detêm. A aplicação da GAMAS em outras comarcas, designadamente rurais e do interior do país, ou uma amostra insular, poderão revelar assimetrias ambientais que importa conhecer e estudar. Estamos a pensar no efeito ressonância de julgamentos em meios mais fechados do que uma comarca de grande dimensão, como é a de Lisboa.

Conclusão

A Psicologia do Testemunho é um conceito basilar no âmbito da justiça e da Psicologia Forense, de que foi histórico-culturalmente o embrião (Poiares, 2005, 2022). Afiliada na Psicologia do testemunho, e também no *sentencing*, de raiz criminológica, o estudo das motivações ajurídicas representa uma subdimensão daquele ramo e incide sobre a gramática judiciária, implicando conhecer bem o funcionamento do aparelho judicial, enquanto estrutura de poder e nas interações com os sujeitos processuais, ou seja, trata-se de Psicologia Forense empiricamente sustentada

Esta área tem como objetivo a análise de depoimentos prestados em contexto judicial: na verificação dos erros na articulação da CV e CNV, na deteção de falsos testemunhos e na compreensão de como e de que forma a verdade é provada em tribunal, e se esta corresponde à veracidade dos factos apresentados (Altavilla, 2003; 1924).

Enquanto a Psicologia do Testemunho tem o seu foco na credibilidade e fiabilidade dos depoimentos prestados em contexto judicial, a Psicologia das Motivações Ajurídicas do Sentenciar aperfeiçoa este conhecimento, no que concerne aos factos que podem condicionar a justiça e como estes se encontram na tomada de decisão judicial, por parte dos juízes. O mesmo é dizer que se busca, no quadro da matéria-de-facto, os fatores que determinam a fiabilidade que os julgadores estabelecem face aos diferentes depoimentos, o que habilita a criação de uma grelha de comportamentos fomentadores dessa fiabilidade, como resulta dos vários estudos até agora efetuados.

A presente dissertação sobre a Psicologia das Motivações Ajurídicas do Sentenciar pretendeu investigar, com base na Grelha de Análise das Motivações Ajurídicas do Sentenciar, que fatores podem interferir com as decisões judiciais, com o intuito de aferir a existência ou não de fatores motivacionais que sejam aptos a justificar a decisão de um juiz, analisando os discursos dos atores judiciais, atribuindo uma maior credibilidade/fiabilidade com base nos estímulos dados pelos mesmos e na sua discursividade (=cv+cnv).

Para chegar à tomada de decisão, o tribunal deve apreciar, analisar e fiabilizar os depoimentos testemunhais, recorrendo às narrativas dos mesmos, sendo este o principal quesito na valoração da prova, baseando-se nas questões da credibilidade (que corresponde a um traço) e da fiabilidade (equivalente a estado) (Poiares & Louro, 2012).

Se da parte do juiz existe a responsabilidade e tentativa de minimizar os erros nas tomadas de decisão judicial, a Psicologia tem o dever e a responsabilidade de compreender estas dinâmicas, características e limitações, apoiando os procedimentos de tomadas de decisão para uma melhor fundamentação dos factos.

Altavilla (2003) refere que o processo judicial tem como objetivo atingir a verdade dos factos, sendo necessário analisar os discursos e os intradiscursos dos atores judiciais, pretendendo aproximar a realidade do acontecimento e os factos relatados no depoimento de forma a detetar a credibilidade e a fiabilidade de uma testemunha.

A decisão judicial ocorre da conjugação de diversos fatores como, por exemplo, as normas jurídicas, a ética e deontologia, mas também a correlação de forças em sede de política, educação, entre outros (Drobak & North, 2008). Desta forma, é possível concluir que cada juiz tem a sua filosofia judicial, fruto da combinação do sistema formal e normativo, com o seu sistema de crenças e perceções sobre a realidade de cada processo. No entanto, as pesquisas levadas a cabo, quer em Portugal quer fora, apontam para a existência de uma configuração da decisão judicial, que vai no sentido da equação proposta por Poiares (Poiares & Louro, 2012.). Ora, conforme referido por estes autores, os atores judiciais expressam-se através de mensagens, transmitindo crenças, expectativas, preconceitos e estereótipos sobre determinadas questões com o objetivo de convencer o outro que a sua argumentação deve ser tomada como certa. Contudo, “há que contar com outras espécies discursivas: (i) os ditos, isto é, o que é proferido pelo sujeito; (ii) os não-ditos, aquilo que o falante não enuncia porque provavelmente considera desprovido de valor, sem interesse; (iii) os interditos, quer dizer, o que o sujeito não diz porque não quer, porque entende que nunca ou, pelo menos, nesse momento, não pode (ou não deve) dizer; (iv) os entreditos – o que o indivíduo sugere, ainda que não o afirme directa e linearmente (...), e, (v) os sobreditos, aquelas afirmações que o sujeito tende a repetir, quase ritualmente, procurando enfatizar determinada questão.” (p. 113).

Após a análise dos resultados, é possível verificar que existem efetivamente estas relações entre os comportamentos, acrescentando que quando os comportamentos verbais eram de cariz positivo, estes também se relacionavam de forma directa com os comportamentos não-verbais de cariz positivo.

Deste modo, concluiu-se que, tal como definido para objetivo desta investigação, foi possível identificar que os comportamentos nos depoimentos dos atores judiciais são fatores importantes nas decisões judiciais, verificando-se principalmente que, nos processos dos indivíduos condenados, os comportamentos verbais positivos, utilizados com forma de alcançar uma decisão positiva e a convencer o outro da sua argumentação, vão ao encontro dos comportamentos não-verbais positivos, dada a sua posição processual.

Referências

- Altavilla, E. (1981). *Psicologia Judiciária I (3ª ed.)*. Coimbra: Arménio Amado.
- Altavilla, E. (2003). *Psicologia Judiciária I (2ª ed., Vol 1-2)*. Coimbra: Almedina.
- Bartol, C. R., & Bartol, A. M. (1987). History of forensic psychology. In I. B. Weiner & A. K. Hess (Eds.), *Handbook of forensic psychology* (pp. 3–21). John Wiley & Sons.
- Bartol, C. R., & Bartol, A. M. (2008). *Introduction to forensic psychology: Research and application* (2nd ed.). Sage Publications, Inc.
- Blanck, P. D. (1996). The appearance of justice revisited. *Journal of Criminal Law and Criminology*, 86(3), 887-927.
- Costa, R. C. (1954, Janeiro-Março). A Psicologia do Testemunho. *Scientia Iuridica*, pp.225-243.
- Da Agra, C. (2000). O cientista e o juiz. Meditação sobre o sentenciar das drogas. In I.P.D.T. (ed.), *Droga - Decisões de tribunais de primeira instância – 1997, Comentários*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros: 295-303.
- Drobak, J. N., & North, D. C. (2008). Understanding Judicial Decision-Making: The Importance of Constraints on Non-Rational Deliberations. *Washington University Journal of Law & Policy*.
- Everson, G. (1919). The Human Element in Justice. *Journal of the American Institute of Criminal Law and Criminology*, 10(1), 90–99.
- Foucault, M. (1998). *Vigiar e punir. Nascimento da prisão*. (18rd ed.) Petrópolis: Editora Vozes.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir. Nascimento da prisão* (20th ed.). Petrópolis: Editora Vozes.
- Gonçalves, R. A. (2010). Psicologia Forense em Portugal: Uma história de responsabilidades e desafios. *Análise Psicológica*, pp. 107-115.
- Gonçalves, R., & Machado, C. (2011). Psicologia da justiça em Portugal: Desenvolvimentos, conquistas e desafios. In M.P. Lopes, P. Palma, R. Bártole-Ribeiro, & M.P. Cunha (Coords.), *Psicologia Aplicada* (pp. 175-188). Lisboa: Editora RH.

- Gulotta, G. (2003). Psicologia Jurídica: uma relação entre psicologia e o mundo jurídico. *Revista brasileira de ciências criminais*, pp. 239-247.
- Hart, H. (2001). *O Conceito de Direito*. (3rd ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Zuckerman, M., DePaulo, B.M. & Rosenthal, R. (1981). Verbal and non verbal communication of deception. In L. Berkowitz (Coords.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 14). New York: Academic Press.
- Lopes, M. M. (2014). Motivações Ajurídicas do Sentenciar na decisão judicial: Qual a sua influência?. Tese apresentada ao Departamento de Psicologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para obtenção do grau de mestre, orientada por Carlos Alberto Poiares, Lisboa.
- Louro, M. (2005). *Comunicação discursiva entre actores judiciários – Estudo da Psicologia das Motivações Ajurídicas*. Manuscrito não publicado. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Lisboa.
- Louro, M. (2008). Psicologia das Motivações Ajurídicas do Sentenciar: A emergência do Saber em detrimento do Poder. Tese apresentada ao Departamento de Psicologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para obtenção do grau de mestre, orientada por Carlos Alberto Poiares, Lisboa.
- Mendonça, P. Psicologia das Motivações Ajurídicas do Sentenciar: A importância do testemunho na decisão judicial. Tese apresentada ao Departamento de Psicologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para obtenção do grau de mestre, orientada por Carlos Alberto Poiares, Lisboa.
- Monahan, J., & Loftus, E. F. (1982). The psychology of law. *Annual Review of Psychology*, 33, 441–475.
- Mustard, D. B. (2001). Racial, Ethnic, and Gender Disparities in Sentencing: Evidence from the U.S. Federal Courts. *The Journal of Law & Economics*, 44(1), 285–314.
- Otto, R. K., & Heilbrun, K. (2002). The practice of forensic psychology: A look toward the future in light of the past. *American Psychologist*, 57(1), 5–18.
- Poiares, C. (1998). *Análise Psicocriminal das drogas - O Discurso do Legislador*. Porto: Almeida e Leitão.

- Poiares, C. (2001). Da Justiça à Psicologia: razões & trajectória. A intervenção juspsicológica. *Sub Judice - justiça e sociedade Psicologia e Justiça: razões e trajectos*, nº 22/23, pp. 25-35.
- Poiares, C. (2001). Psicologia Criminal e do Comportamento Desviante, da Compreensão à Intervenção Juspsicológica. In *Revista de Humanidades e Tecnologias –Dossier de Psicologia 4/5*. Lisboa: COFAC, CRL.
- Poiares, C. (2005). Grelha de Análise das Motivações Ajurídicas do Sentenciar (GAMAS).
- Poiares, C. (2005). Psicologia do Testemunho: contribuição para a aproximação da verdade judicial à verdade. In C. P. Abreu (Coord.), *Direitos humanos do Homem. Dignidade e Justiça* (pp. 145-160). Principia, publicações universitárias e científicas
- Poiares, C. & Louro, M. (2012). Psicologia do Testemunho e Psicologia das Motivações Ajurídicas do Sentenciar: Da gramática teórica à investigação empírica. In *Manual de Psicologia Forense e da Exclusão Social – Rotas de intervenção* (Vol I, pp. 105-129). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Queirós, C. (2012). A influência das emoções em contexto de julgamento ou de testemunho. In C. A. Poiares (Coords.), *Manual de Psicologia Forense e Exclusão Social - rotas de investigação e de intervenção* (pp. 49-74). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Sacau, A., Jóluskin, G., Sani, A., Castro-Henriques, A., & Gonçalves, S. (2012). A tomada de decisão judicial em contexto criminal: a construção teórica e o debate empírico em torno do objecto. In C. A. Poiares (Coords.), *Manual de Psicologia Forense e da Exclusão Social – Rotas de investigação e de intervenção* (Vol. 175-98). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Sellin, T. (1928). The Negro Criminal a Statistical Note. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 140(1), 52–64.
- Serra, A. (2016). Psicologia Forense. In *O que são as Ciências Forenses?* (pp.177-182). Lisboa: Pactor.

- Silva, C. R. (2010). A importância do depoimento dos actores judiciários na tomada de decisão do juiz. Tese apresentada ao Departamento de Psicologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para obtenção do grau de mestre, orientada por Carlos Alberto Poiães, Lisboa.
- Sousa, L. (2013). *Prova Testemunhal*. Coimbra: Almedina.
- Vrij, A., Pannel, H., & Ost, J. (2005). The influence of social pressure and black clothing on crime judgements. *Psychology, Crime & Law*, 11, pp. 265-274.
- Vrij, A. (2008). *Porque falham os profissionais na deteção da mentira e como podem vir a melhorar*. In: *Psicologia e Justiça*, pp. 255-287.
- Valente, C. (2005). *Comportamento não-verbal de testemunhas em sede de julgamento*. Manuscrito não publicado. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Velha, R. A. (2001). Psicologia judiciária: Do determinismo psicológico à liberdade de decidir. *Sub Judice: Justiça e sociedade*, pp. 121-130.

APÊNDICES

Apêndice I

Caracterização da Amostra

Tabela 2

Posição Judicial e Género

		Género			
		Masculino	Feminino	Total	
Posição Judicial	Arguido	Contagem	16	4	20
		% em Posição Judicial	80,0%	20,0%	100,0%
		% em Género	25,0%	14,3%	21,7%
	Vítima	Contagem	11	5	16
		% em Posição Judicial	68,8%	31,3%	100,0%
		% em Género	17,2%	17,9%	17,4%
	Testemunha	Contagem	37	19	56
		% em Posição Judicial	66,1%	33,9%	100,0%
		% em Género	57,8%	67,9%	60,9%
Total	Contagem	64	28	92	
	% em Posição Judicial	69,6%	30,4%	100,0%	
	% em Género	100,0%	100,0%	100,0%	

Tabela 3

Estado Civil

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Solteiro	74	80,4	80,4	80,4
	Casado	15	16,3	16,3	96,7
	Divorciado	3	3,3	3,3	100,0
	Total	92	100,0	100,0	

Tabela 4

Etnia

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Caucasiano	80	87,0	87,0	87,0
	Negro	12	13,0	13,0	100,0
	Total	92	100,0	100,0	

Tabela 5

Nacionalidade

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Portuguesa	76	82,6	82,6	82,6
	Italiana	8	8,7	8,7	91,3
	Guineense	3	3,3	3,3	94,6
	Francesa	2	2,2	2,2	96,7
	Cabo Verdiana	2	2,2	2,2	98,9
	Angolana	1	1,1	1,1	100,0
	Total	92	100,0	100,0	

Tabela 6

Habilitações Literárias

		Frequênci a	Percentage m	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Ensino Básico Completo	1	1,1	2,1	2,1
	Ensino Secundário Completo	41	44,6	85,4	87,5
	Ensino Superior Completo	6	6,5	12,5	100,0
	Total	48	52,2	100,0	
Omiso		44	47,8		
Total		92	100,0		

Tabela 7

Residência

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Urbana	92	100,0	100,0	100,0

Tabela 8

Profissão

		Frequência	Percentage m	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Estudante	33	35,9	35,9	35,9
	Desempregado	21	22,8	22,8	58,7
	Agente PSP	12	13,0	13,0	71,7
	Sem Resposta	9	9,8	9,8	81,5
	Segurança	3	3,3	3,3	84,8
	Inspetor PJ	3	3,3	3,3	88,0
	Mecânico	2	2,2	2,2	90,2
	Enfermeira	2	2,2	2,2	92,4
	Serviço Social	2	2,2	2,2	94,6
	Construção Civil	1	1,1	1,1	95,7
	Vendedor	1	1,1	1,1	96,7
	Ambulante				
	Ajudante Lar	1	1,1	1,1	97,8
	Auxiliar Saúde	1	1,1	1,1	98,9
	Diretor Técnico	1	1,1	1,1	100,0
	Total	92	100,0	100,0	

Apêndice II

Caracterização dos Arguidos

Dimensão Sócio-Demográfica

Tabela 9

Idade

N	Válido	18
	Omisso	2
Média		30,83
Erro Desvio		13,435
Mínimo		18
Máximo		60

Tabela 10

Género

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Masculino	16	80,0	80,0	80,0
	Feminino	4	20,0	20,0	100,0
	Total	20	100,0	100,0	

Tabela 11

Estado Civil

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Solteiro	16	80,0	80,0	80,0
	Divorciado	3	15,0	15,0	95,0
	Casado	1	5,0	5,0	100,0
	Total	20	100,0	100,0	

Tabela 12

Profissão

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Desempregado	10	50,0	50,0	50,0
	Estudante	5	25,0	25,0	75,0
	Mecânico	2	10,0	10,0	85,0
	Construção Civil	1	5,0	5,0	90,0
	Vendedor	1	5,0	5,0	95,0
	Ambulante				
	Ajudante Lar	1	5,0	5,0	100,0
	Total	20	100,0	100,0	

Tabela 13

Etnia

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Caucasiano	14	70,0	70,0	70,0
	Negro	6	30,0	30,0	100,0
	Total	20	100,0	100,0	

Tabela 14

Habilitações Literárias

		Frequência	Percentage	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
		a	m		
Válido	Ensino Secundário Completo	6	30,0	100,0	100,0
Omisso		14	70,0		
Total		20	100,0		

Tabela 15

Residência

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Urbana	20	100,0	100,0	100,0

Tabela 16

Tipologia do Crime

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Roubo Agravado	8	40,0	40,0	40,0
	Ofensa à Integridade Física	3	15,0	15,0	55,0
	Tráfico de Estupefacientes	3	15,0	15,0	70,0
	Violência Doméstica	2	10,0	10,0	80,0
	Ameaça Agravada	1	5,0	5,0	85,0
	Abuso Sexual	1	5,0	5,0	90,0
	Homicídio Qualificado Tentado	1	5,0	5,0	95,0
	Abuso Sexual de Criança	1	5,0	5,0	100,0
	Total	20	100,0	100,0	

Tabela 17

Antecedentes Criminais

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Não	16	80,0	94,1	94,1
	Sim	1	5,0	5,9	100,0
	Total	17	85,0	100,0	
Omisso		3	15,0		
Total		20	100,0		

Tabela 18

Pena Aplicada

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Absolvido	11	55,0	55,0	55,0
	Culpado	9	45,0	45,0	100,0
	Total	20	100,0	100,0	

Tabela 19

Medida da Pena

		Pena				Total
		Não Aplicável	Pena Suspensa	Prisão Efetiva		
Decisão	Absolvido	Contagem	11	0	0	11
		% em Decisão	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% em Pena	100,0%	0,0%	0,0%	55,0%
	Culpado	Contagem	0	6	3	9
		% em Decisão	0,0%	66,7%	33,3%	100,0%
		% em Pena	0,0%	100,0%	100,0%	45,0%
Total		Contagem	11	6	3	20
		% em Decisão	55,0%	30,0%	15,0%	100,0%
		% em Pena	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Apêndice III

Caracterização das Vítimas

Dimensão Sócio-Demográfica

Tabela 20

Idade

N	Válido	9
	Omisso	7
Média		23,56
Erro Desvio		8,048
Mínimo		16
Máximo		43

Tabela 21

Género

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Masculino	11	68,8	68,8	68,8
	Feminino	5	31,2	31,2	100,0
	Total	16	100,0	100,0	

Tabela 22

Estado Civil

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Solteiro	16	100,0	100,0	100,0

Tabela 23

Profissão

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Estudante	9	56,3	81,8	81,8
	Desempregado	2	12,5	18,2	100,0
	Total	11	68,8	100,0	
Omisso		5	31,3		
Total		16	100,0		

Tabela 24

Etnia

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Caucasiano	16	100,0	100,0	100,0

Tabela 25

Habilitações Literárias

		Frequência	Percentage	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Ensino Secundário Completo	6	37,5	100,0	100,0
Omiss	o	10	62,5		
Total		16	100,0		

Tabela 26

Residência

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Urbana	16	100,0	100,0	100,0

Tabela 27

Nacionalidade

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Portuguesa	11	68,8	68,8	68,8
	Italiana	4	25,0	25,0	93,8
	Francesa	1	6,3	6,2	100,0
	Total	16	100,0	100,0	

Apêndice IV

Caracterização das Testemunhas

Dimensão Sócio-Demográfica

Tabela 28

Idade

N	Válido	16
	Omisso	40
Média		26,31
Mediana		21,00
Erro Desvio		9,002
Mínimo		19
Máximo		43

Tabela 29

Género

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Masculino	37	66,1	66,1	66,1
	Feminino	19	33,9	33,9	100,0
	Total	56	100,0	100,0	

Tabela 30

Estado Civil

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Solteiro	42	75,0	75,0	75,0
	Casado	14	25,0	25,0	100,0
	Total	56	100,0	100,0	

Tabela 31

Profissão

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Estudante	19	33,9	36,5	36,5
	Agente PSP	12	21,4	23,1	59,6
	Desempregado	9	16,1	17,3	76,9
	Segurança	3	5,4	5,8	82,7
	Inspetor PJ	3	5,4	5,8	88,5
	Enfermeira	2	3,6	3,8	92,3
	Serviço Social	2	3,6	3,8	96,2
	Auxiliar Saúde	1	1,8	1,9	98,1
	Diretor Técnico	1	1,8	1,9	100,0
	Total	52	92,9	100,0	
Omisso	Sistema	4	7,1		
Total		56	100,0		

Tabela 32

Etnia

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Caucasiano	50	89,3	89,3	89,3
	Negro	6	10,7	10,7	100,0
	Total	56	100,0	100,0	

Tabela 33

Habilitações Literárias

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Ensino Secundário Completo	29	51,8	80,6	80,6
	Ensino Superior Completo	6	10,7	16,7	97,2
	Ensino Básico Completo	1	1,8	2,8	100,0
	Total	36	64,3	100,0	
Omisso	Sistema	20	35,7		
Total		56	100,0		

Apêndice V

Tabela 34

Estatística descritiva

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Clareza	33	0	1	,91	,292
Lógica	33	0	1	,97	,174
Hesitações	33	0	1	,06	,242
Pensa sobre as questões que considera duvidosas	33	0	1	,42	,502
Discurso rápido e sem dúvidas	33	0	1	,79	,415
Recurso a apelos emocionais	33	0	1	,09	,292
Invocação de <i>locus</i> de controlo interno	33	0	0	,00	,000
Invocação de <i>locus</i> de controlo externo	33	0	1	,39	,496
Desorganização discursiva	33	0	1	,09	,292
Discurso adequado	33	0	1	,85	,364
Discurso desadequado	33	0	1	,15	,364
Discurso agressivo	33	0	1	,06	,242
Coerência	33	0	1	,85	,364
Incoerência	33	0	1	,15	,364
Insiste na versão mesmo quando contraditado	33	0	1	,21	,415
Contradições frequentes	33	0	1	,21	,415
Contradição muito acentuada	33	0	1	,06	,242
Responde antes de formulada a pergunta	33	0	1	,24	,435
Risos	33	0	1	,03	,174

Verborreia	33	0	1	,03	,174
Postural corporal rívida	33	0	1	,42	,502
Postura corporal flexível	33	0	1	,58	,502
Postura agressiva	33	0	1	,06	,242
Desmotivação/Desinteresse	33	0	1	,12	,331
Motivação/Interesse	33	0	1	,85	,364
Firmeza	33	0	1	,79	,415
Rapidez/Desembaração na resposta	33	0	1	,82	,392
Pausas	33	0	1	,12	,331
Insegurança	33	0	1	,24	,435
Auto-confiança	33	0	1	,70	,467
Movimentação frequente do corpo	33	0	1	,52	,508
Gesticulação	33	0	1	,85	,364
Tiques	33	0	1	,36	,489
Olhar frontal	33	0	1	,73	,452
Olhar que percorre todos os actores	33	0	1	,27	,452
Esfrega muito as mãos	33	0	1	,24	,435
Cruza as pernas	33	0	1	,18	,392
Alonga as pernas	33	0	1	,30	,467
Riso	33	0	0	,00	,000
Entusiasmo no depoimento	33	0	1	,09	,292

Tabela 35

Estatísticas de confiabilidade CVP

Alfa de Cronbach	N de itens
,560	7

Tabela 36

Estatísticas Descritivas CVP

	N	Média	Desvio padrão
Clareza	33	,91	,292
Lógica	33	,97	,174
Pensa sobre as questões que considera duvidosas	33	,42	,502
Discurso rápido e sem dúvidas	33	,79	,415
Invocação de <i>locus</i> de controlo interno	33	,00	,000
Discurso adequado	33	,85	,364
Coerência	33	,85	,364

Tabela 37

Estatísticas de confiabilidade CVN

Alfa de Cronbach	N de <i>itens</i>
,812	12

Tabela 38

Estatísticas Descritivas CVN

	N	Média	Desvio padrão
Hesitações	33	,06	,242
Recurso a apelos emocionais	33	,09	,292
Invocação de locus de controlo externo	33	,39	,496
Desorganização discursiva	33	,09	,292
Discurso desadequado	33	,15	,364
Discurso agressivo	33	,06	,242
Incoerência	33	,15	,364
Insiste na versão mesmo quando contradito	33	,21	,415
Contradições frequentes	33	,21	,415
Contradição muito acentuada	33	,06	,242
Responde antes de formulada a pergunta	33	,24	,435
Risos	33	,03	,174

Tabela 39

Estatísticas de confiabilidade CNVP

Alfa de Cronbach	N de itens
,574	7

Tabela 40

Estatísticas Descritivas CNVP

	N	Média	Desvio padrão
Postura corporal rígida	33	,58	,502
Motivação/Interesse	33	,85	,364
Firmeza	33	,79	,415
Rapidez/Desembaração na resposta	33	,82	,392
Auto-Confiança	33	,70	,467
Olhar Frontal	33	,73	,452
Olhar que percorre todos os actores	33	,27	,452
Entusiasmo no depoimento	33	,09	,292

Tabela 41

Estatísticas de confiabilidade CNVN

Alfa de Cronbach	N de itens
,509	10

Tabela 42

Estatísticas Descritivas CNVN

	N	Média	Desvio padrão
Postura Agressiva	33	,06	,242
Desmotivação/Desinteresse	33	,12	,331
Pausas	33	,12	,331
Insegurança	33	,24	,435
Movimentação frequente do corpo	33	,52	,508
Gesticulação	33	,85	,364
Tiques	33	,36	,489
Esfrega muito as mãos	33	,24	,435
Cruza as pernas	33	,18	,392
Alonga as pernas	33	,30	,467
Riso	33	,00	,000

ANEXOS

Anexo I

Grelha para Análise das Motivações Ajurídicas do Sentenciar (GAMAS)

Carlos Alberto Poiares

.....

**GRELHA PARA ANÁLISE DAS
MOTIVAÇÕES AJURÍDICAS DO
SENTENCIAR
(GAMAS)**

Carlos Alberto Poiares

2005

.....

Tribunal de	_____
Nº convencional	_____
Número de arguidos	_____
Decisão	_____
Penas aplicadas	_____

Data: _____

Assistente de Investigação

(A) ARGUIDO

DIMENSÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA

Naturalidade: Urbana
Rural
Freguesia _____
Concelho _____
Idade _____

Género: Masculino Feminino

Profissão _____

Estado civil: Solteiro(a)
Casado(a)
União de facto
Divorciado(a)
Separado(a) de facto
Em processo de separação
Viúvo(a)

DIMENSÃO CULTURAL

Etnia _____

Habilitações literárias. Iltrado
Ensino primário completo incompleto
Preparatório completo incompleto

Carlos Alberto Poiães

Secundário último ano concluído _____
Licenciatura
Outro Qual? _____

Residência: Urbana Rural

Freguesia _____

Concelho _____

Tipo de alojamento: _____

ANAMNESE JUDICIAL

Dimensão clínica:

Saúde mental: referência de diagnóstico _____

Acompanhamento Sim Não

Adições Substância(s) _____

Toxicodependente Consumidor

Patologias físicas

Deficiência Sim Não

Qual? _____

Dimensão forense:

Realizada avaliação psicológica forense Sim Não

Conclusões _____

Decisão sobre inimizabilidade Sim Não

Conclusões _____

Antecedentes criminais Sim Não

Crimes anteriormente cometidos _____

4

Carlos Alberto Poiães

Medidas de coacção _____

Prisão preventiva Sim Não Tempo _____

Medidas aplicadas:

Suspensão do processo _____

Multa _____

Prisão _____

Multa com pena suspensa _____

Prisão com pena suspensa _____

P T F C _____

Outras _____

Acompanhamento terapêutico Sim Não

Qual? _____

Cumriu? Sim Não _____

Revogação da suspensão da pena Sim Não

Razão _____

Cumriu a pena Sim Não _____

Tempo de reclusão cumprido _____

Liberdade condicional Sim Não

Revogação da liberdade condicional Sim Não

Razão _____

Crime(s) actual(ais) _____

Prisão preventiva Sim Não Duração _____

Carlos Alberto Poiães

(B) VÍTIMA

DIMENSÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA

Naturalidade: Urbana
Rural
Freguesia _____
Concelho _____
Idade _____

Género: Masculino Feminino

Profissão _____

Estado civil: Solteiro(a)
Casado(a)
União de facto
Divorciado(a)
Separado(a) de facto
Em processo de separação
Viúvo(a)

DIMENSÃO CULTURAL

Etnia _____

Habilitações literárias. Iltrado
Ensino primário completo incompleto
Preparatório completo incompleto
Secundário último ano concluído _____
Licenciatura
Outro Qual? _____

6

Carlos Alberto Poiães

Residência: Urbana Rural

Local e tipo de alojamento: _____

ANAMNESE JUDICIAL

Dimensão clínica:

Saúde mental: referência de diagnóstico _____

Acompanhamento Sim Não

Adicções Substância(s) _____

Toxicodependente Consumidor

Patologias físicas

Deficiência Sim Não

Qual? _____

Consequência do crime? _____

Dimensão forense:

Realizada avaliação psicológica forense Sim Não

Conclusões _____

Acompanhamento terapêutico Sim Não

Qual? _____

Cumpriu? Sim Não _____

Recidivas de vitimação Sim Não

Carlos Alberto Poiães

(C) TESTEMUNHA

DIMENSÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA

- Naturalidade: Urbana
Rural
Freguesia _____
Concelho _____
Idade _____
- Género: Masculino Feminino
- Profissão _____
- Estado civil: Solteiro(a)
Casado(a)
União de facto
Divorciado(a)
Separado(a) de facto
Em processo de separação
Viúvo(a)

DIMENSÃO CULTURAL

- Etnia _____
- Habilitações literárias. Iltrado
Ensino primário completo incompleto
Preparatório completo incompleto
Secundário último ano concluído _____
Licenciatura

Carlos Alberto Poiães

Outro Qual? _____

Residência: Urbana Rural

Tipo de alojamento: _____

ANAMNESE JUDICIAL

Dimensão clínica:

Saúde mental: referência de diagnóstico _____

Acompanhamento Sim Não

Adicções Substância(s) _____

Toxicodependente Consumidor

Patologias físicas

Deficiência Sim Não

Qual? _____

Dimensão forense:

Já foi ouvido nas fases de inquérito ou de instrução? _____

Carlos Alberto Poiães

(D) RAZÃO DA DECISÃO
(Fundamentação)

Relativamente ao aplicador

Tribunal: colectivo singular

Género do aplicador: masculino feminino

masculino feminino

masculino feminino

Jurídica

Confissão espontânea e sem reservas Sim Não

Prova documental Sim Não

Prova pericial Sim Não

Prova testemunhal Sim Não

Quantas testemunhas formaram a convicção do tribunal? _____

Arroladas pelo arguido Sim Não

Arroladas pela vítima Sim Não

Representação por advogado:

Arguido Oficioso Particular

Vítima Sim Não

RAZÕES DA ADESÃO AO DEPOIMENTO DO ARGUIDO

Influência do *status* sócio-económico _____

Influência da dimensão cultural e étnica _____

Influência da situação profissional _____

Relevância do registo criminal: _____

Carlos Alberto Poiães

Atribua a cada item pontuação de acordo com a seguinte tabela:

0 = não se verifica

1 = verifica-se

Comunicação verbal:

1. Clareza —
2. Lógica —
3. Hesitações —
4. Pensa sobre as questões que considera duvidosas —
5. Discurso rápido e sem dúvidas —
6. Recurso a apelos emocionais —
7. Invocação de *locus* de controlo interno —
8. Invocação de *locus* de controlo externo —
9. Desorganização discursiva —
10. Discurso adequado —
11. Discurso desadequado —
12. Discurso agressivo —
13. Coerência —
14. Incoerência —
15. Insiste na versão mesmo quando contraditado —
16. Contradições frequentes —
17. Contradição muito acentuada —
18. Responde antes de formulada a pergunta —
19. Risos —
20. Verborreia —

Total: _____

Comunicação não-verbal:

21. Postura corporal rígida —
22. Postura corporal flexível —
23. Postura agressiva —
24. Desmotivação / Desinteresse —
25. Motivação / Interesse —
26. Firmeza —
27. Rapidez / desembaraço na resposta —

Carlos Alberto Poiães

- 28. Pausas _____
- 29. Insegurança _____
- 30. Auto-confiança _____
- 31. Movimentação frequente do corpo _____
- 32. Gesticulação _____
- 33. Tiques _____
- 34. Olhar frontal _____
- 35. Olhar que percorre todos os actores _____
- 36. Esfrega muito as mãos _____
- 37. Cruza as pernas _____
- 38. Alonga as pernas _____
- 39. Riso _____
- 40. Entusiasmo no depoimento _____

Total: _____

Intradiscurso _____

Articulações entre o discurso e o intradiscurso _____

RAZÕES DA ADESÃO AO DEPOIMENTO DA VÍTIMA

Relevância dos danos físicos ou psicológicos sofridos: _____

Influência do *status* sócio-económico _____

Influência da dimensão cultural e étnica _____

Influência da situação profissional _____

Atribua a cada item pontuação de acordo com a seguinte tabela:

0 = não se verifica

1 = verifica-se

Comunicação verbal:

- 1. Clareza _____
- 2. Lógica _____
- 3. Hesitações _____
- 4. Pensa sobre as questões que considera duvidosas _____
- 5. Discurso rápido e sem dúvidas _____
- 6. Recurso a apelos emocionais _____

12

Carlos Alberto Poiães

7. Invocação de <i>locus</i> de controlo interno	—
8. Invocação de <i>locus</i> de controlo externo	—
9. Desorganização discursiva	—
10. Discurso adequado	—
11. Discurso desadequado	—
12. Discurso agressivo	—
13. Coerência	—
14. Incoerência	—
15. Insiste na versão mesmo quando contraditado	—
16. Contradições frequentes	—
17. Contradição muito acentuada	—
18. Responde antes de formulada a pergunta	—
19. Risos	—
20. Verborreia	—
Total	_____
Comunicação não-verbal:	
21. Postura corporal rígida	—
22. Postura corporal flexível	—
23. Postura agressiva	—
24. Desmotivação / Desinteresse	—
25. Motivação / Interesse	—
26. Firmeza	—
27. Rapidez / desembaraço na resposta	—
28. Pausas	—
29. Insegurança	—
30. Auto-confiança	—
31. Movimentação frequente do corpo	—
32. Gesticulação	—
33. Tiques	—
34. Olhar frontal	—
35. Olhar que percorre todos os actores	—
36. Esfrega muito as mãos	—
37. Cruza as pernas	—
38. Alonga as pernas	—

13

Carlos Alberto Poiães

39. Riso _____
40. Entusiasmo no depoimento _____
Total _____

Intradiscurso _____
Articulação entre o discurso e o intradiscurso _____

RAZÕES DA ADESÃO AO DEPOIMENTO TESTEMUNHAL

Testemunha membro de forças de segurança: Sim Não
Qual? _____

Testemunha funcionário(a) público em exercício de funções: Sim Não

Relação/dependência com o arguido: Sim Não
Qual? _____

Influência exercida na decisão _____

Relação/dependência com a vítima: Sim Não
Qual? _____

Influência exercida na decisão _____

Testemunha ocular Sim Não

Testemunha abonatória Sim Não

Outra natureza Qual? _____

Influência do *status* sócio-económico _____

Influência da dimensão cultural e étnica _____

Influência da situação profissional _____

Atribua a cada item pontuação de acordo com a seguinte tabela:

0 = não se verifica

1 = verifica-se

Carlos Alberto Poiães

Comunicação verbal:

1. Clareza —
2. Lógica —
3. Hesitações —
4. Pensa sobre as questões que considera duvidosas —
5. Discurso rápido e sem dúvidas —
6. Recurso a apelos emocionais —
7. Invocação de *locus* de controlo interno —
8. Invocação de *locus* de controlo externo —
9. Desorganização discursiva —
10. Discurso adequado —
11. Discurso desadequado —
12. Discurso agressivo —
13. Coerência —
14. Incoerência —
15. Insiste na versão mesmo quando contraditado —
16. Contradições frequentes —
17. Contradição muito acentuada —
18. Responde antes de formulada a pergunta —
19. Risos —
20. Verborreia —

Total _____

Comunicação não-verbal:

21. Postura corporal rígida —
22. Postura corporal flexível —
23. Postura agressiva —
24. Desmotivação / Desinteresse —
25. Motivação / Interesse —
26. Firmeza —
27. Rapidez / desembaraço na resposta —
28. Pausas —
29. Insegurança —
30. Auto-confiança —
31. Movimentação frequente do corpo —

15

Carlos Alberto Poiães

32. Gesticulação	—
33. Tiques	—
34. Olhar frontal	—
35. Olhar que percorre todos os actores	—
36. Esfrega muito as mãos	—
37. Cruza as pernas	—
38. Alonga as pernas	—
39. Riso	—
40. Entusiasmo no depoimento	—
Total	_____

Intradiscurso _____

Articulações entre o discurso e o intradiscurso _____

Observações: _____

Anexo II

Caderno de Instruções – GAMAS

**GRELHA PARA ANÁLISE DAS
MOTIVAÇÕES AJURÍDICAS
DO SENTENCIAR**

INSTRUÇÕES

Carlos Alberto Poiares

2005

(D) RAZÃO DA DECISÃO

(Fundamentação)

RAZÕES DA ADESÃO AO DEPOIMENTO DO ARGUIDO

Influência do *status* sócio-económico _____

[Explicar o nível do sujeito e se o tribunal realçou esse aspecto, positiva ou negativamente]

Influência da dimensão cultural e étnica _____

[Verificar se houve valoração, positiva ou negativa, desta variável e se existiram preconceitos relativamente à mesma]

Influência da situação profissional _____

[Verificar se o estatuto profissional, incluindo a componente académica, foram valorados pelo tribunal, de modo positivo ou negativo]

Relevância do registo criminal: _____

[Verificar se se atribuiu importância à vida judicial progressiva do arguido, na circunstância de ter já cometido crimes, ter sofrido penas, e quais, ou se o seu estatuto de primário o favoreceu].

Na atribuição da cotação, pontue com 0 quando essas questões não foram afloradas no julgamento ou na decisão, pelo(s) juiz(juizes) e se ele(s) se mostrar(aram) indiferente(s) a alusões feitas por outros actores judiciais ou sujeitos processuais; atribua 1 se essas variáveis foram referidas no julgamento ou na decisão e se o(s) juiz(juizes) se mostraram receptivos a essas alusões.

Comunicação verbal:

Cada item deve ser pontuado de harmonia com o seguinte quadro de referências:

- 0 – se não se verificou esse comportamento por parte do depoente;
- 1 – se esse comportamento se verificou por parte do depoente.

1. Clareza ---
[Exposição sem ambiguidades nem segundos efeitos; objectividade]
2. Lógica ---
[Discurso coerente, com encadeamento estrutural e objectivo]
3. Hesitações ---
[Pausas dubitativas; quebras frequentes da racionalidade expositiva; não reordena o teor discursivo]
4. Pensa sobre as questões que considera duvidosas ---
[O sujeito pára a exposição para reflectir sempre que se lhe oferecem dúvidas resultantes das perguntas que lhe são formuladas; a pausa destina-se a reequacionar o discurso].
5. Discurso rápido e sem dúvidas ---
[Fluência rápida da discursividade, não se pondo em causa]
6. Recurso a apelos emocionais ---
[O sujeito faz apelos a questões susceptíveis de causar emocionalidade, em si mesmo e/ou nos outros]
7. Invocação de *locus* de controlo interno ---
[Recurso a desculpabilizações atribuídas a aspectos pessoais]
8. Invocação de *locus* de controlo externo ---
[Atribuição a terceiros das causas dos factos ilícitos ou destes]
9. Desorganização discursiva ---
[Discurso desestruturado e desorganizado; o sujeito baralha-se]
10. Discurso adequado ---
[Discurso correcto e apropriado à situação do depoente]
11. Discurso inadequado ---
[Discurso incorrecto e desapropriado à situação do depoente]
12. Discurso agressivo ---
[O sujeito fala com recurso a expressões violentas ou ameaçadoras em relação a quem o interroga ou a terceiros]
13. Coerência ---

- [O sujeito é coerente na substância expositiva]
14. Incoerência ---
- [O sujeito é incoerente e entra em contradições na substância expositiva]
15. Insiste na versão mesmo quando contraditado ---
- [Mantém, com obstinação, a sua versão dos factos ou os argumentos utilizados, ainda que seja posto em causa]
16. Contradições frequentes ---
- [O sujeito contradiz-se constantemente]
17. Contradição muito acentuada ---
- [O sujeito contradiz-se de maneira severa relativamente a aspecto relevante]
18. Responde antes de formulada a pergunta ---
- [O sujeito inicia a resposta antes de as perguntas serem integralmente formuladas]
19. Risos ---
- [Ri-se frequentemente, sem causa aparente, enquanto fala. Não inclui o riso que se integra em hilaridade geral ou que é acompanhado por outros actores]
20. Verborreia ---
- [Discurso prolixo, ininterrupto, sem pausas]
- Comunicação não-verbal:**
21. Postura corporal rígida ---
- [Posição tensa do corpo]
22. Postura corporal flexível ---
- [Posição descontraída, não rigorosa]
23. Postura agressiva ---
- [O sujeito apresenta-se com agressividade, com expressão porventura ameaçadora, para o tribunal ou para outrem]
24. Desmotivação / Desinteresse ---
- [O sujeito apresenta-se sem interesses visíveis e desprovido de motivação, porventura em estado abandonado]
25. Motivação / Interesse ---

- [Sujeito interessado, envolvido nas questões, cooperante]
26. Firmeza —
[Atitude decidida]
27. Rapidez / Desembaraço na resposta —
[As respostas revelam-se envolvidas, sem constrangimentos]
28. Pausas —
[Os silêncios são acompanhados por interrupções corporais, como se o sujeito se suspendesse de qualquer acção]
29. Insegurança —
[Atitude insegura do sujeito, revelando-o apreensivo]
30. Auto-confiança —
[Sujeito com postura segura, revelando boa auto-estima]
31. Movimentação frequente do corpo —
[Baloíça o corpo ou mexe-se frequentemente no lugar]
32. Gesticulação frequente —
[Realiza vários gestos, acompanhando o discurso mas também os silêncios]
33. Tiques —
[Gestos que repete reiteradamente, compulsivamente]
34. Olhar frontal —
[Fixa os interlocutores de frente, sem desviar o olhar]
35. Olhar que percorre todos os actores —
[Olha para todos os presentes na cena judicial]
36. Esfrega muito as mãos —
[Mexe compulsivamente as mãos, ou esfrega-as]
37. Cruza as pernas —
[Contraí as pernas, traça-as ou cruza-as, à frente ou atrás]
38. Alonga as pernas —
[Estende as pernas, descontraidamente]
39. Riso —
[Ri-se enquanto em silêncio: riso constante e sem justificação]

40. Entusiasmo no depoimento

[Depõe de maneira entusiástica]

Intradiscurso _____

[Destina-se a assinalar se a comunicação não-verbal e o intradiscuso do sujeito oferecem credibilidade]

Articulação discursiva com as características do sujeito _____

[Articulação entre o discurso e o intradiscurso]

RAZÕES DA ADESÃO AO DEPOIMENTO DA VÍTIMA

Relevância dos danos físicos ou psicológicos sofridos: _____

[Indicar se forem referidos no julgamento ou na decisão os danos físicos e psicológicos suportados pela vítima]

Influência do *status* sócio-económico _____

[Explicar o nível do sujeito e se o tribunal realçou esse aspecto, positiva ou negativamente]

Influência da dimensão cultural e étnica _____

[Verificar se houve valoração, positiva ou negativa, desta variável e se existiram preconceitos relativamente à mesma]

Influência da situação profissional _____

[Verificar se o estatuto profissional, incluindo a componente académica, foram valorados pelo tribunal, de modo positivo ou negativo]

Na atribuição da cotação, pontue com 0 quando essas questões não foram afloradas no julgamento ou na decisão, pelo(s) juiz(juizes) e se ele(s) se mostrar(aram) indiferente(s) a alusões feitas por outros actores judiciais ou sujeitos processuais; atribua 1 se essas variáveis foram referidas no julgamento ou na decisão e se o(s) juiz(juizes) se mostraram receptivos a essas alusões.

Comunicação verbal:

Cada item deve ser pontuado de harmonia com o seguinte quadro de referências:

- 0 – se não se verificou esse comportamento por parte do depoente;
1 – Se se verificou esse comportamento por parte do depoente.

1.	Clareza	---
	[Exposição sem ambiguidades nem segundos efeitos; objectividade]	
2.	Lógica	---
	[Discurso coerente, com encadeamento estrutural e objectivo]	
3.	Hesitações	---
	[Pausas dubitativas; quebras frequentes da racionalidade expositiva; não reordena o teor discursivo]	
4.	Pensa sobre as questões que considera duvidosas	---
	[O sujeito pára a exposição para reflectir sempre que se lhe oferecem dúvidas resultantes das perguntas que lhe são formuladas; a pausa destina-se a reequacionar o discurso].	
5.	Discurso rápido e sem dúvidas	---
	[Fluência rápida da discursividade, não se pondo em causa]	
6.	Recurso a apelos emocionais	---
	[O sujeito faz apelos a questões susceptíveis de causar emocionalidade, em si mesmo e/ou nos outros]	
7.	Invocação de <i>locus</i> de controlo interno	---
	[Recurso a desculpabilizações atribuídas a aspectos pessoais]	
8.	Invocação de <i>locus</i> de controlo externo	---
	[Atribuição a terceiros das causas dos factos ilícitos ou destes]	
9.	Desorganização discursiva	---
	[Discurso desestruturado e desorganizado: o sujeito baralha-se]	
10.	Discurso adequado	---
	[Discurso correcto e apropriado à situação do depoente]	
11.	Discurso desadequado	---

- [Discurso incorrecto e desapropriado à situação do depoente]
12. Discurso agressivo ---
[O sujeito fala com recurso a expressões violentas ou ameaçadoras em relação a quem o interroga ou a terceiros]
13. Coerência ---
[O sujeito é coerente na substância expositiva]
14. Incoerência ---
[O sujeito é incoerente e entra em contradições na substância expositiva]
15. Insiste na versão mesmo quando contraditado ---
[Mantém, com obstinação, a sua versão dos factos ou os argumentos utilizados, ainda que seja posto em causa]
16. Contradições frequentes ---
[O sujeito contradiz-se constantemente]
17. Contradição muito acentuada ---
[O sujeito contradiz-se de maneira severa relativamente a aspecto relevante]
18. Responde antes de formulada a pergunta ---
[O sujeito inicia a resposta antes de as perguntas serem integralmente formuladas]
19. Risos ---
[Ri-se frequentemente, sem causa aparente, enquanto fala. Não inclui o riso que se integra em hilaridade geral ou que é acompanhado por outros actores]
20. Verborreia ---
[Discurso prolixo, ininterrupto, sem pausas]
- Comunicação não-verbal:**
21. Postura corporal rígida ---
[Posição tensa do corpo]
22. Postura corporal flexível ---
[Posição descontraída, não rigorosa]
23. Postura agressiva ---

- [O sujeito apresenta-se com agressividade, com expressão porventura ameaçadora, para o tribunal ou para outrem]
24. Desmotivação / Desinteresse ---
[O sujeito apresenta-se sem interesses visíveis e desprovido de motivação, porventura em estado abandonico]
25. Motivação / Interesse ---
[Sujeito interessado, envolvido nas questões, cooperante]
26. Firmeza ---
[Atitude decidida]
27. Rapidez / Desembaraço na resposta ---
[As respostas revelam-se envolvidas, sem constrangimentos]
28. Pausas ---
[Os silêncios são acompanhados por interrupções corporais, como se o sujeito se suspendesse de qualquer acção]
29. Insegurança ---
[Atitude insegura do sujeito, revelando-o apreensivo]
30. Auto-confiança ---
[Sujeito com postura segura, revelando boa auto-estima]
31. Movimentação frequente do corpo ---
[Baloiça o corpo ou mexe-se frequentemente no lugar]
32. Gesticulação frequente ---
[Realiza vários gestos, acompanhando o discurso mas também os silêncios]
33. Tiques ---
[Gestos que repete reiteradamente, compulsivamente]
34. Olhar frontal ---
[Fixa os interlocutores de frente, sem desviar o olhar]
35. Olhar que percorre todos os actores ---
[Olha para todos os presentes na cena judicial]
36. Esfrega muito as mãos ---
[Mexe compulsivamente as mãos, ou esfrega-as]
37. Cruza as pernas ---

- [Contraí as pernas, traça-as ou cruza-as, à frente ou atrás]
38. Alonga as pernas _____
[Estende as pernas, descontraidamente]
39. Riso _____
[Ri-se enquanto em silêncio: riso constante e sem justificação]
40. Entusiasmo no depoimento _____
[Depõe de maneira entusiástica]

Intradiscurso _____

[Destina-se a assinalar se a comunicação não-verbal e o intradiscurso do sujeito oferecem credibilidade]

Articulação discursiva com as características do sujeito _____

[Articulação entre o discurso e o intradiscurso]

RAZÕES DA ADESAO AO DEPOIMENTO TESTEMUNHAL

Relevância dos danos físicos ou psicológicos sofridos: _____

[Indicar se forem referidos no julgamento ou na decisão os danos físicos e psicológicos suportados pela vítima]

Influência do *status* sócio-económico _____

[Explicar o nível do sujeito e se o tribunal realçou esse aspecto, positiva ou negativamente]

Influência da dimensão cultural e étnica _____

[Verificar se houve valoração, positiva ou negativa, desta variável e se existiram preconceitos relativamente à mesma]

Influência da situação profissional _____

[Verificar se o estatuto profissional, incluindo a componente académica, foram valorados pelo tribunal, de modo positivo ou negativo]

Na atribuição da cotação, pontue com 0 quando essas questões não foram afloradas no julgamento ou na decisão, pelo(s) juiz(juizes) e se ele(s) se mostrar(aram) indiferente(s) a alusões feitas por outros actores judiciários ou

sujeitos processuais; atribua 1 se essas variáveis foram referidas no julgamento ou na decisão e se o(s) juiz(juizes) se mostraram receptivos a essas alusões.

Comunicação verbal:

Cada item deve ser pontuado de harmonia com o seguinte quadro de referências:

- 0 – se não se verificou esse comportamento por parte do depoente;
- 1 – Se se verificou esse comportamento por parte do depoente.

1. Clareza	---
[Exposição sem ambiguidades nem segundos efeitos; objectividade]	
2. Lógica	---
[Discurso coerente, com encadeamento estrutural e objectivo]	
3. Hesitações	---
[Pausas dubitativas; quebras frequentes da racionalidade expositiva; não reordena o teor discursivo]	
4. Pensa sobre as questões que considera duvidosas	---
[O sujeito pára a exposição para reflectir sempre que se lhe oferecem dúvidas resultantes das perguntas que lhe são formuladas; a pausa destina-se a reequacionar o discurso].	
5. Discurso rápido e sem dúvidas	---
[Fluência rápida da discursividade, não se pondo em causa]	
6. Recurso a apelos emocionais	---
[O sujeito faz apelos a questões susceptíveis de causar emocionalidade, em si mesmo e/ou nos outros]	
7. Invocação de <i>locus</i> de controlo interno	---
[Recurso a desculpabilizações atribuídas a aspectos pessoais]	
8. Invocação de <i>locus</i> de controlo externo	---
[Atribuição a terceiros das causas dos factos ilícitos ou destes]	
9. Desorganização discursiva	---
[Discurso desestruturado e desorganizado; o sujeito baralha-se]	
10. Discurso adequado	---

[Discurso correcto e apropriado à situação do depoente]	
11. Discurso desadequado	---
[Discurso incorrecto e desapropriado à situação do depoente]	
12. Discurso agressivo	---
[O sujeito fala com recurso a expressões violentas ou ameaçadoras em relação a quem o interroga ou a terceiros]	
13. Coerência	---
[O sujeito é coerente na substância expositiva]	
14. Incoerência	---
[O sujeito é incoerente e entra em contradições na substância expositiva]	
15. Insiste na versão mesmo quando contraditado	---
[Mantém, com obstinação, a sua versão dos factos ou os argumentos utilizados, ainda que seja posto em causa]	
16. Contradições frequentes	---
[O sujeito contradiz-se constantemente]	
17. Contradição muito acentuada	---
[O sujeito contradiz-se de maneira severa relativamente a aspecto relevante]	
18. Responde antes de formulada a pergunta	---
[O sujeito inicia a resposta antes de as perguntas serem integralmente formuladas]	
19. Risos	---
[Ri-se frequentemente, sem causa aparente, enquanto fala. Não inclui o riso que se integra em hilaridade geral ou que é acompanhado por outros actores]	
20. Verborreia	---
[Discurso prolixo, ininterrupto, sem pausas]	
Comunicação não-verbal:	
21. Postura corporal rígida	---
[Posição tensa do corpo]	
22. Postura corporal flexível	---
[Posição descontraída, não rigorosa]	

23. Postura agressiva	---
[O sujeito apresenta-se com agressividade, com expressão porventura ameaçadora, para o tribunal ou para outrem]	
24. Desmotivação / Desinteresse	---
[O sujeito apresenta-se sem interesses visíveis e desprovido de motivação, porventura em estado abandonico]	
25. Motivação / Interesse	---
[Sujeito interessado, envolvido nas questões, cooperante]	
26. Firmeza	---
[Atitude decidida]	
27. Rapidez / Desembaraço na resposta	---
[As respostas revelam-se envolvidas, sem constrangimentos]	
28. Pausas	---
[Os silêncios são acompanhados por interrupções corporais, como se o sujeito se suspendesse de qualquer acção]	
29. Insegurança	---
[Atitude insegura do sujeito, revelando-o apreensivo]	
30. Auto-confiança	---
[Sujeito com postura segura, revelando boa auto-estima]	
31. Movimentação frequente do corpo	---
[Baloíça o corpo ou mexe-se frequentemente no lugar]	
32. Gesticulação frequente	---
[Realiza vários gestos, acompanhando o discurso mas também os silêncios]	
33. Tiques	---
[Gestos que repete reiteradamente, compulsivamente]	
34. Olhar frontal	---
[Fixa os interlocutores de frente, sem desviar o olhar]	
35. Olhar que percorre todos os actores	---
[Olha para todos os presentes na cena judicial]	
36. Esfrega muito as mãos	---
[Mexe compulsivamente as mãos, ou esfrega-as]	

37. Cruza as pernas ---
[Contraí as pernas, traça-as ou cruza-as. à frente ou atrás]
38. Alonga as pernas ---
[Estende as pernas, descontraidamente]
39. Riso ---
[Ri-se enquanto em silêncio: riso constante e sem justificação]
40. Entusiasmo no depoimento ---
[Depõe de maneira entusiástica]
- Intradiscurso _____
[Destina-se a assinalar se a comunicação não-verbal e o intradiscurso do
sujeito oferecem credibilidade]
- Articulação discursiva com as características do sujeito _____
[Articulação entre o discurso e o intradiscurso]